

DAIANE SOUZA/UNB AGENCIA



Pesquisadora em laboratório da Universidade de Brasília (UnB): Senado recebe nesta semana projeto que cria fundo de incentivo à pesquisa

Pesquisa científica terá recorde de recursos

PÁGINA 3

Governo já se mobiliza para aprovar CPMF no Senado

- O líder do governo, Romero Jucá, afirma que a MP que prorroga a CPMF deve chegar ao Senado no dia 15
- Rejeição da MP que criou a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo deu sinal de alerta ao governo
- O líder do PMDB, Valdir Raupp, faz um levantamento para identificar insatisfações de sua bancada
- Câmara dos Deputados aprovou em primeiro turno a prorrogação do imposto sobre movimentação financeira

PÁGINA 4

CCJ vota afastamento compulsório de senador

O licenciamento compulsório de senadores que exerçam cargos na Mesa enquanto respondem a processo de cassação no Conselho de Ética será votado nesta semana pela CCJ. No Plenário, tramitam propostas de emenda à Constituição para dar fim ao voto secreto. No Conselho de Ética, processo contra Renan pode ser suspenso.

PÁGINAS 5 E 6

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13

cidadania

Como ter facilitado o acesso ao ensino superior

Veja nesta edição como funciona o Programa Universidade para Todos (ProUni), instrumento criado pelo governo para atingir a meta do Plano Nacional de Educação de colocar no ensino superior, em 2010, pelo menos 30% dos jovens entre 18 e 24 anos.

PÁGINA 16

Senado analisa limite para foro privilegiado

PÁGINA 11

Autuação por trabalho escravo cria divergência

PÁGINA 9



O novo portal do Orçamento, alojado no site do Senado, é uma iniciativa para dar transparência aos gastos públicos e ampliar o controle social do Orçamento. Conheça o portal no encarte que circula nesta edição. A página virtual será lançada nesta terça.

CIÊNCIA Chega ao Senado projeto que regulamenta fundo voltado ao desenvolvimento científico e tecnológico

Pesquisa brasileira terá mais recursos

Votado na terça-feira passada pelo Plenário da Câmara, chega ao Senado nesta semana projeto de lei do Executivo que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Criado em 1971, o fundo ganha novas fontes de recursos e mecanismos para torná-lo mais ágil e eficaz no incentivo a projetos de pesquisa e inovação tecnológica. O governo tem pressa em ver a lei sancionada (a tramitação na Câmara durou pouco mais de dois meses), mas, como a proposta (PL 163/07) sofreu emendas, precisaria ser aprovada sem modificações pelos senadores.

O fundo será gerido por um conselho diretor formado por

representantes do governo e da sociedade, mas a estratégica secretaria executiva caberá à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública que, no próximo ano, será responsável pela distribuição de R\$ 2,8 bilhões em recursos (dos quais R\$ 2 bilhões do fundo).

A Finep, com sede no Rio de Janeiro, é considerada uma "agência de inovação" do Ministério da Ciência e Tecnologia. Apesar de já existir há 40 anos, é ainda pouco conhecida da maioria dos brasileiros. Mas, a julgar pelo aumento em seu orçamento nos anos recentes, ganha importância a cada dia. É a ponta-de-lança do governo para unir os interesses da pesquisa e do capital, na forma de

inovações tecnológicas.

Na visão de seu presidente, Luís Fernandes, a política industrial adotada pelo atual governo vai dar fim ao abismo que havia entre universidades, centros de pesquisa e indústrias.

– Não faz parte da cultura das empresas brasileiras investir em inovação, nem da área de pesquisa científica e tecnológica buscar a interação com o setor empresarial – avaliou Fernandes.

Segundo o presidente da Finep, o paradigma começou a ser quebrado com o lançamento, em 2004, da política industrial tecnológica de comércio exterior, cujo maior benefício foi posicionar a inovação como fator central da política de desenvolvimento.



DIVULGAÇÃO/FINEP

Política industrial adotada pelo governo visa aproximar centros de pesquisa e universidades ao setor produtivo

Mudança amplia áreas de investimentos

A maior mudança no FNDCT – que deve encerrar o ano com verba de R\$ 1,4 bilhão – é que, com a regulamentação, será permitido destinar recursos para as chamadas "ações transversais", que beneficiarão principalmente as ciências básicas e as sociais. Assim, poderão ser financiados projetos para a formação de especialistas em áreas reconhecidas no país como física, química ou matemática. Além disso, pesquisas, testes, projetos de inovação e de transferência de tecnologia de novas

tecnologias passam a merecer apoio financeiro do fundo.

A expectativa do governo é que haja uma aproximação maior entre o financiamento à pesquisa e a aplicação prática das descobertas, na economia e na vida, com benefícios diretos para setores como os de petróleo, aeronáutica e agricultura.

Segundo informações do secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia, Augusto César Gadelha, do R\$ 1,4 bilhão do fundo neste ano, R\$ 240 milhões serão apli-

cados no Programa Nacional de Microeletrônica, R\$ 390 milhões em projetos de desenvolvimento de *software* e R\$ 100 milhões no desenvolvimento da TV digital.

Com a regulamentação, novas fontes de receitas serão agregadas, como parte dos *royalties* da produção de petróleo ou gás natural, da receita das empresas do setor elétrico, de telecomunicações e das concessionárias de estradas federais e até parcela do produto da arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.

Finep prevê orçamento recorde em 2008

Os R\$ 2,8 bilhões em recursos orçamentários previstos para a Finep em 2008 (40% acima do que foi reservado este ano e o dobro do destinado em 2006) superam, na visão do presidente da empresa, Luís Fernandes, até os saudosos anos 70 – quando, disse ele, os investimentos em pesquisa e inovação vivenciaram seu período áureo no Brasil.

O número é animador, mas não inteiramente real. O próprio Fernandes reconhece a impossibilidade de que toda a verba orçamentária seja liberada. Mas ele assegura que há um acordo com a equipe econômica para redução gradual do contingencia-

mento das verbas da Finep. Em 2008, espera contar com 77% dos recursos, 90% em 2009 e a totalidade do previsto em 2010.

Melhor para as instituições de ensino e as empresas, que terão acesso aos repasses da Finep, dos quais os não-reembolsáveis, originários do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, representarão quase um terço do previsto para 2008 (R\$ 828 milhões). Este mês, a Finep deve liberar R\$ 150 milhões para pesquisas realizadas por micro e pequenas empresas.

Em setembro, o órgão lançou edital de R\$ 450 milhões para aplicação até 2010, voltado a

financiamento de pesquisas em áreas como biocombustíveis, TV digital, construção civil e fruticultura. Do total, 40% serão reservados a empresas com faturamento de até R\$ 10,5 milhões. A tomadora do dinheiro deverá apresentar uma contrapartida aos recursos, não definida pelo edital, mas que também pode ser financiada.

A Finep usa ainda como instrumentos de incentivo à pesquisa a concessão de financiamentos e o pagamento de ajuda a pesquisadores. Informações sobre recursos da financiadora pelo telefone (21) 2555-0555 ou pelo endereço eletrônico seac@finep.gov.br.

Bolsas do CNPq valorizam a investigação científica

No ano passado, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) investiu quase R\$ 1 bilhão na concessão de bolsas de estudo e outros incentivos à pesquisa para estudantes, professores e cientistas brasileiros. Os R\$ 908 milhões gastos em 2006 representaram a concessão de 55.569 auxílios mensais para projetos de pesquisa e investigação científica no Brasil, além de outros 354 no exterior.

Alunos do ensino médio, graduação, pós-graduação, recém-doutores e pesquisadores experientes podem pleitear as bolsas, divididas em individuais ou por cota e em três grandes áreas: Engenharias, Ciências Exatas e da Terra; Ciências da Vida; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

O julgamento e a classificação das propostas seguem etapas definidas pelo CNPq, mas o primeiro passo para acesso a uma bolsa é identificar a opção que se encaixa no perfil e na necessidade do candidato.

Os valores variam conforme

a relevância do trabalho e a qualificação do pesquisador. Um estudante de 15 anos, por exemplo, pode receber um apoio mensal de R\$ 100 para sua investigação científica. Já a bolsa para pesquisador visitante pode chegar a R\$ 5.200.

As cotas de bolsas de iniciação científica, de iniciação tecnológica, de mestrado e doutorado são oferecidas às instituições de ensino e pesquisa e aos cursos de pós-graduação. Pouca gente sabe, porém, que as bolsas de iniciação científica podem ser obtidas, na categoria

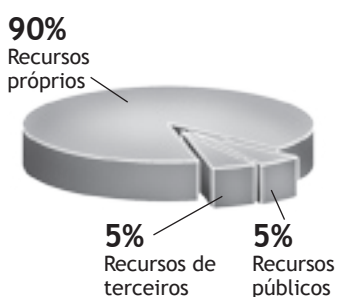
Para efeito de cálculo e prestação de contas, o CNPq considera como bolsa um auxílio-mensal dado a um pesquisador. A ajuda pode durar um número variável de meses. Assim, as 55.569 bolsas representariam, em tese, o equivalente a 4.630 pesquisadores recebendo durante um ano inteiro.

"júnior", por alunos de ensino médio.

O órgão também concede diárias para apoiar a participação, no país e no exterior, em eventos científicos ou tecnológicos de curta duração. Outras informações podem ser obtidas no [site](http://www.cnpq.br/bolsas/index) do CNPq: www.cnpq.br/bolsas/index.

Como a indústria financia a pesquisa

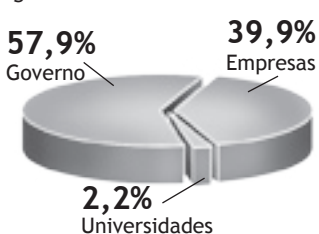
Os investimentos das empresas em atividades inovadoras são maciçamente próprios



Fonte: Pintec/IBGE (2003)

De onde vem o dinheiro

No Brasil, a maior parte dos financiamentos para pesquisa e desenvolvimento é governamental



Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia, a partir de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e da Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (Pintec), do IBGE

Investimentos em pesquisa e desenvolvimento

Com aumento previsto para 2008, o Brasil pode se aproximar do patamar de 1% do PIB

País	% do PIB
Israel	4,93
Japão	3,15
Coreia do Sul	2,64
EUA	2,60
Alemanha	2,55
França	2,19
Cingapura	2,13
Canadá	1,94
Reino Unido	1,62
Austrália	1,62
China	1,31
Rússia	1,29
Itália	1,16
Espanha	1,10
Portugal	0,94
Brasil	0,83
Argentina	0,41
México	0,39

Fontes: Ministério da Ciência e Tecnologia e Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento. Dados dos países entre 2001 e 2004

Registro de patentes

Com um PIB muito inferior ao dos EUA e China, Japão ainda lidera no registro mundial de patentes

Países	Total	PIB(*)
Japão	423.081	3.788
EUA	356.943	11.679
Coreia	140.115	1.005
China	130.384	7.127
Alemanha	59.234	2.360
Brasil (†)	40.434	1.483
Canadá	37.227	1.003
Austrália	30.206	632
Rússia	30.190	1.407
Reino Unido	29.954	1.881
França	17.290	1.838
México	13.198	1.046
Israel	10.258	170
Itália	9.273	1.610
Cingapura	8.585	118
Argentina	6.457	484

(*) Produto interno bruto em paridade do poder de compra. Em US\$ bilhões

(†) Soma das patentes registradas no INPI (nacional) e na WIPO (internacional)

Dados dos países variam entre os anos de 1999 e 2003.

Fontes: Ministério da Ciência e Tecnologia, Banco Mundial e Organização Mundial da Propriedade Industrial (WIPO)

Um bilhão por ano em bolsas

Investimento do CNPq cresceu 7% em relação ao ano anterior (em R\$)

Ano	Bolsas no país	Bolsas no exterior	Fomento à pesquisa	Total
2006	645.902	25.285	237.299	908.485,7

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

PLENÁRIO



Senadores governistas se movimentam para convencer seus pares a prorrogar cobrança da CPMF

Após derrota, governo busca prorrogar CPMF

Um dia depois de conversar com o presidente Lula sobre a derrota do governo na votação da medida provisória que criava a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, o líder Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou na sexta-feira que tem trabalhado para aproximar os partidos da coalizão governamental e que considera restabelecida a normalidade.

Jucá também disse que, nessa “retomada da normalidade” nos trabalhos legislativos, a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) não corre riscos e, depois de votada em segundo turno na Câmara, deverá chegar ao Senado em torno do dia 15 de outubro, e ser votada em novembro.

– A política é a arte de buscar a convergência, e é esse trabalho que estamos fazendo aqui. Vamos

ajustar qualquer curto-circuito antes da votação da CPMF – anunciou.

O líder do governo definiu o que os jornalistas chamaram de “rebelião do PMDB” (que votou pela rejeição da MP) como uma manifestação legítima em uma democracia. E explicou que a ele cabe agora buscar o entendimento com o líder peemedebista Valdir Raupp (RO) para que este faça um levantamento das insatisfações da bancada com algum erro cometido pelo governo em sua relações com a base partidária.

– Não sei, não vamos antecipar erro. O Raupp está com a bola agora. Ele é o cara. Vamos querer que ele diga que questões estão pendentes e vamos procurar resolver. A bancada do PMDB é fundamental para a governabilidade, nós queremos o entendimento. Já

que houve um problema, queremos resolver esse problema, para que não ocorra novamente. Não há de parte do governo nenhuma possibilidade de não ouvir, de não atender o PMDB.

O também peemedebista Mão Santa (PI) se declarou contrário à prorrogação da CPMF.

– Os impostos têm que ser proporcionais. Quem ganha mais deveria pagar mais. A CPMF atinge é o pobre, que quando compra um xampu, um sabonete, paga 52% de imposto ao governo – disse Mão Santa.

O senador Paulo Paim (PT-RS) também criticou a cobrança da CPMF, alegando que os recursos arrecadados com o tributo nunca foram aplicados na área da saúde, objetivo alegado para a sua criação. Paim defendeu ainda o fim do voto secreto no Legislativo

Senado veta secretaria e extingue 626 cargos

O Plenário do Senado rejeitou na quarta-feira, por 46 votos contra 22, a medida provisória (MP) que criou a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, chefiada pelo sociólogo Roberto Mangabeira Unger. Os senadores consideraram inadmissíveis os pressupostos de relevância e urgência para a MP, acompanhando assim o relator, Valter Pereira (PMDB-MS).

Com a rejeição da MP 377/07, transformada pela Câmara no PLV 27/07, será formada uma comissão mista para elaborar projeto de decreto legislativo visando disciplinar as relações jurídicas decorrentes da medida.

A MP criou, no âmbito da secretaria, 79 cargos de funções gratificadas e cargos de direção e assessoramento superior (DAS). Ao todo, segundo Valter Pereira, foram criados 626 cargos DAS e 34 funções gratificadas, distribuídos, além da secretaria, em vários órgãos do Executivo.

O impacto orçamentário das medidas, segundo exposição de motivos do governo, seria de R\$ 25,6 milhões neste ano e R\$ 43,9 milhões nos anos seguintes.

– A forma exagerada como este governo vem criando órgãos públicos e cargos comissionados

é responsável pelo baixo crescimento que o país apresenta, em comparação com outros países como a Índia e a China – afirmou Valter Pereira, para quem a matéria poderia ter sido encaminhada ao Congresso na forma de projeto de lei, sem prejuízos para sua tramitação.

Na discussão, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), criticou o fato de os gastos correntes do governo crescerem 9% acima da média de crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro, o que projeta “um desastre fiscal anunciado”.

Já o líder do governo, Romero Jucá, lembrou a aprovação pelo Senado de outras MPs que previam a criação de secretarias. Ele



Parecer de Valter Pereira contribuiu para extinguir cargo do professor Mangabeira Unger

observou que, com a rejeição do PLV, os mais de 600 ocupantes dos cargos e funções criados seriam demitidos.

O próprio líder do PMDB – partido que integra a base do governo –, Valdir Raupp (RO), encaminhou a votação contrária ao projeto.

Citando reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que o PT arrecadou, com o dízimo que cobra dos ocupantes de cargos públicos, R\$ 2,88 milhões somente este ano.

– É por isso que o governo Lula quer aumentar cargos comissionados – assinalou.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) acrescentou que, somente este ano, foram criados 1.258 cargos comissionados, modalidade de contratação que totaliza 22.345 cargos desde o início do governo Lula.

Para Marconi Perillo (PSDB-GO), a MP significa “mais uma excrescência do governo federal”. Ele lembrou que o titular da secretaria, Mangabeira Unger, criticou com veemência o presidente Lula, antes de ser convidado para ser ministro.

– Eu teria vergonha na cara de colocar em um governo meu alguém que me desafiou tantas vezes – afirmou.

Negociação reabre espaço para deliberações

O líder do governo, senador Romero Jucá, promoveu encontros com os líderes dos partidos em busca do consenso para acabar com a obstrução à votação de projetos em Plenário.

– A oposição tem suas prioridades e o governo quer votar medidas provisórias e outras matérias que já estão na pauta. Há espaço para negociação, pois a oposição disse que fará uma obstrução seletiva – afirmou o parlamentar.

Jucá acrescentou ainda que não será negociada agora com as oposições do Senado a proposta de emenda à Constituição que prorroga a Contribuição Financeira sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– O quadro que temos é este: o governo não tem os votos necessários para aprovar a CPMF no Senado – reconheceu.

Já o senador José Agripino (RN), líder do DEM, enumerou as condições impostas pela oposição para desobstruir a pauta: a PEC do voto aberto em

cassação de mandato, o projeto de resolução que acaba com as sessões secretas no Senado (já aprovado) e o projeto que destitui da Mesa qualquer senador sob investigação.

Jucá destacou a necessidade de encontrar formas de regulamentar essa matéria de maneira que não se “banalize” o afastamento de membros da Mesa.

– O risco é que qualquer denúncia entregue ao conselho, motivada até por disputas regionais, faça com que o parlamentar se afaste do cargo – explicou.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ter incentivado o entendimento entre os líderes para retomar as votações.

– Eu disse que ia estimular como pudesse qualquer entendimento que objetivasse destravar a pauta. No que depender de mim, agora é cumprir o entendimento e botar a Casa para andar, porque é isso que o país quer – frisou Renan.

Reajuste de até 139,7% no DAS passa sem emendas

O Plenário aprovou, em votação simbólica e sem emendas, a Medida Provisória 375/07, editada em junho pelo presidente Lula, que concedeu reajuste de 30,06% a 139,76% a todos os assessores do governo federal, inclusive fundações, que recebem gratificações de chefia (DAS, CDs, NES e FGs).

O relator-revisor, senador Paulo Duque (PMDB-RJ), informou que este é o primeiro reajuste significativo que o governo Lula faz para cargos de assessoramento. O aumento custará aos cofres públicos, neste ano, R\$ 282,6 milhões, e R\$ 484,4 milhões a partir de 2008.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sustentou que as

quase 75 mil gratificações por chefias precisavam do reajuste e manifestou esperança de que “não haja aparelhamento” do governo por petistas. Desse total, continuou, 22 mil são para os melhores cargos do governo, dos quais 4.100 postos foram criados no governo Lula.

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que pouco mais de 5 mil petistas ocupam os postos de melhores salários, quase todos sem passar por concurso público.

O reajuste previsto na medida provisória, segundo o Ministério do Planejamento, buscou compatibilizar o aumento que o Congresso deu, no final de maio, aos salários do presidente da República e dos seus ministros.

Projeto sobre estágio é retirado de pauta

O Plenário adiou a votação do substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 44/07) que atualiza as regras para a concessão de estágios a estudantes dos ensinos superior, médio e profissional. O pedido de tramitação em regime

de urgência foi retirado pelo líder do governo, Romero Jucá, depois que Osmar Dias (PDT-PR) acusou o governo de plagiar proposta de sua autoria (PLS 473/03), que tramita no Senado há cinco anos. Com a extinção da urgência, o projeto será enviado para reexame da Comissão de Educação (CE).

Depois de ser aprovado na Câmara, o PLC 44/07 passou a tramitar no Senado em conjunto com o PLS 473/03. A matéria teve o substitutivo – de autoria de Ideli Salvatti (PT-SC), relatora do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e do relator da proposta na CE, senador Raimundo Colombo (DEM-SC) – acolhido por unanimidade em reunião conjunta da CAS e da CE. Os votos de Ideli e de Colombo foram pela aprovação do PLC 44/07 e pela rejeição do PLS 473/03.



Colombo propôs aprovação do projeto do governo e rejeição do de Osmar Dias

PLENÁRIO Sem nenhum voto contrário, senadores deram fim às sessões secretas para cassação de mandato

Aprovado reforço de R\$ 14 bilhões ao Fundeb

A medida provisória que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 15,7 bilhões em favor de transferências para estados, Distrito Federal e municípios foi aprovada pelos senadores na quarta-feira. Desse total, cerca de R\$ 14 bilhões serão destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o restante será utilizado como compensação por perdas tributárias decorrentes da Lei Kandir. A medida (MP 376/07) vai agora à promulgação.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora-revisora da proposta, apresentou voto favorável à sua aprovação, por entender que a MP atende pressupostos constitucionais de adequação financeira e orçamentária. Considerou ainda que a medida provisória trata de despesas não passíveis de previsibilidade, por não estarem contempladas no Orçamento da União de 2007 e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), manifestou voto favorável à MP por se tratar do Fundeb, matéria cuja importância, segundo ele, justifica a abertura de crédito extraordinário.

Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), considerou a argumentação da relatora "lúcida e perfeitamente adequada", o que condicionaria a posição favorável de todos os senadores tucanos.

De acordo com a exposição de motivos do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, a MP versa sobre um ajuste de ordem técnica motivado pela regulamentação do Fundeb, que

ainda estava pendente quando entrou em vigor o Orçamento de 2007. Ele explicou que foram destinados R\$ 3,9 bilhões para repasses da Lei Kandir a estados, DF e municípios. Ocorre, no entanto, que, por força de lei, 16,66% desse valor devem ficar vinculados ao Fundeb.

Senadores pedem verba para transporte escolar

Durante a discussão da matéria, o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) cobrou do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), uma solução para o problema do transporte escolar, que vem sendo pago pelas prefeituras sem que haja previsão orçamentária para tal. Marconi lembrou compro-

misso assumido pelo governo à época da votação do Fundeb pelo Senado, em maio de 2005.

Em resposta, Jucá informou que o Ministério

da Educação estaria preparando uma proposta para resolver o problema. Adiantou que não deve ser sob a forma de medida provisória e que, em breve, trará o "esqueleto da proposta" para ser discutida pelos parlamentares.

Jucá enfrentou, entretanto, cobrança do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) de fixação de um prazo para solução do problema, sob pena de o partido obstruir a pauta de votações. Flexa Ribeiro exemplificou com o caso do prefeito de Trairão, que gasta R\$ 50 mil mensais para pagamento de transporte escolar sem ressarcimento dessas despesas.

O senador Mário Couto (PSDB-PA) manifestou confiança de que Jucá trará em curto prazo uma solução para o problema do transporte escolar.

Medida recebeu voto favorável da relatora, senadora Lúcia Vânia



Jucá (C), pelo governo, articula com os demais líderes a retomada de votações em Plenário

Voto aberto é objetivo de três propostas

Embora não estejam tramitando conjuntamente, três propostas de emenda à Constituição (PECs) que estabelecem o voto aberto no Congresso estão seguindo os mesmos prazos para discussão e votação em Plenário. Na quarta-feira, transcorreu o primeiro dos cinco dias de debates das matérias em primeiro turno. No quinto dia de discussão, elas já poderão ser votadas. No caso de aprovação, haverá mais três dias de debate. No último dia, elas já estarão prontas para votação em segundo turno, e, se aprovadas, seguirão para exame da Câmara dos Deputados.

A ordem de votação obedece ao

critério da antiguidade, ou seja, em primeiro lugar seria apreciada a PEC 38, apresentada em 2004 pelo então senador Sérgio Cabral (PMDB), que determina voto aberto para projetos de resolução de senador ou deputado. Em segundo lugar, os senadores decidiriam sobre a PEC 50/05, de Paulo Paim (PT-RS), que abre o voto em qualquer deliberação no Congresso. Depois, seria a vez da PEC 86/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que exige voto aberto nos casos de perda de mandato, preservando, como a PEC 38, votações de nomes de autoridades, o exame de vetos presidenciais e as eleições para

as mesas das duas Casas.

Essa ordem pode ser alterada com a apresentação de um requerimento de preferência assinado pelos líderes de todos os partidos com bancada no Senado. O PT tem defendido a proposta ampla de Paim, mas parlamentares do PSDB como Tasso Jereissati (CE) e o líder Arthur Virgílio (AM) são favoráveis ao voto secreto em determinadas situações.

Na Câmara dos Deputados, foi aprovada em primeiro turno, em setembro do ano passado, outra proposta (PEC 349/01) de caráter amplo. Desde fevereiro, já foi incluída mais de 70 vezes na pauta do Plenário daquela Casa, para deliberação em último turno.

Senado extingue sessões secretas

Falta apenas a Mesa diretora promulgar a decisão que o Plenário tomou na noite de quarta-feira passada para que sejam extintas, no Senado, as sessões secretas nos casos de deliberação sobre perda de mandato. Em votação simbólica na qual nenhum senador se pronunciou de forma contrária, foi aprovado o Projeto de Resolução (PRS) 55/07, de Delcídio Amaral (PT-MS).

A proposta de Delcídio excluiu do rol de hipóteses em que obrigatoriamente a sessão plenária transforma em secreta aquela que trate da perda de mandato de senador, em situações nas quais o país não se encontre em estado de sítio. O relator em Plenário,

Romero Jucá (PMDB-RR), retirou também das votações secretas as suspensões de imunidade de senador durante estado de sítio.

Com a aprovação do projeto, as sessões serão obrigatoriamente secretas apenas nos casos de declaração de guerra, acordo sobre paz, escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente e se convocada de ofício pelo presidente da Casa, ou mediante requerimento de algum senador.

– O Senado resgata um procedimento que a sociedade considera importante – afirmou Jucá.

O Plenário não deliberava havia duas semanas. A oposição vinha colocando a mudança no

regimento como condição para se desobstruir a pauta. Foi Jucá, líder do governo, quem, após conversas individuais com as lideranças partidárias, conseguiu fechar um acordo para a votação dos seis itens que trancavam a pauta, à frente da proposta que deu fim às sessões secretas no caso de perda de mandato.

A aprovação foi unânime, e senadores de todos os partidos discursaram pelo fim da sessão secreta nos casos de cassação de parlamentar. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que o Senado estava decretando o fim de algo medieval, atrasado e incondizente com a democracia brasileira.

Senado mantém regra para compensação de repasses

Os senadores rejeitaram na semana passada o Projeto de Lei de Conversão 28/07 – proveniente da Medida Provisória (MP) 378/07 – que define limites para dedução de recursos no cálculo da Receita Líquida Real dos estados, do DF e dos municípios. Os parlamentares não acolheram as alterações propostas à MP pelos deputados e aprovaram o texto original da medida. Por isso, a matéria retorna à Câmara para novo exame.

A MP recompõe as regras que prevaleciam até a edição da Lei 11.494/07, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

De acordo com a proposta, estados e municípios ficam autorizados a excluírem do cálculo da Receita Líquida Real os repasses feitos ao Fundeb, limitados a 15% da parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); do Fundo de Participação dos Estados (FPE); do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); e da parcela do IPI/Exportações.

A medida resgata regra vigente à época do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Decisão é um avanço, afirma Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a decisão de abolir as sessões secretas "foi um avanço que deverá servir de exemplo para outras instituições que continuam a fazer julgamentos com sessões trancadas".

Renan disse ainda que, na prática, não havia mais sessão secreta, já que o Supremo Tribunal

Federal (STF) decidiu permitir a presença de deputados na sessão em que foi votado o projeto que decretava a perda do seu mandato por quebra de decoro parlamentar.

– Tudo o que fortalece a democracia é muito bom. É por isso que compreendo os excessos de alguns setores que não sabem

exatamente onde estão seus limites devidos – disse.

Os senadores destrancaram a pauta após duas semanas sem deliberações. A oposição decidiu obstruir os trabalhos quando Renan foi absolvido da acusação de quebra de decoro parlamentar, numa sessão secreta e por votação também secreta.

ÉTICA



João Pedro pedirá sobrestamento, enquanto Tião Viana (D) defende votação conjunta dos processos



Conselho pode adiar processo contra Renan

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se nesta terça-feira para analisar o parecer do senador João Pedro (PT-AM) sobre a segunda representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Neste caso, ele é acusado de tráfico de influência em favor da cervejaria Schincariol junto ao fisco e à Previdência Social.

Ainda na semana passada, antes do adiamento da reunião do Conselho para esta semana devido às votações em Plenário, João Pedro antecipou que proporia a interrupção das investigações até que a Câmara dos Deputados conclua a apuração sobre o mesmo caso, que envolve o deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), irmão de Renan.

João Pedro disse que as investigações poderão ser retomadas no Conselho de Ética do Senado a qualquer momento, desde que haja indícios da participação do presidente do Senado no caso.

– Sobrestar não é arquivar. É aguardar os desdobramentos e retomar os trabalhos a qualquer momento que os indícios apontarem o envolvimento de Renan – explicou o senador.

Relator quer acesso aos depoimentos da Câmara

Ele enfatizou, no entanto, que o Conselho de Ética não aguardará “passivamente” a conclusão dos trabalhos da Câmara.

– Vamos aguardar, mas acompanhando de forma sistemática. Por isso, vou propor ao presidente do Conselho que solicite

cópia dos autos e das oitivas já realizadas na Câmara – completou João Pedro.

De acordo com o senador Lomar Quintanilha (PMDB-TO), que preside o órgão, poderá ser analisado nesta semana o procedimento a ser adotado em relação às outras duas representações contra Renan Calheiros: a que trata da suposta utilização de “laranjas” para a compra de emissoras de rádio e TV em Alagoas, apresentada pelo PSDB e pelo DEM, e a que trata de um suposto fundo para desvio de recursos de ministérios para o PMDB, apresentada pelo PSOL.

– Há quem defenda um relator para essas representações porque têm em comum o mesmo representado e pedem a perda de mandato – observou Quintanilha.

Tuma analisa depoimentos de ex-genro de lobista

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), está analisando todos os depoimentos dados pelo advogado Bruno Miranda Ribeiro Lins às polícias Federal (PF) e Civil do Distrito Federal, nos quais este acusa o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o lobista Luiz Garcia Coelho, ex-sogro de Bruno, de terem montado um esquema de propinas para desviar recursos dos cofres públicos.

O esquema funcionaria com a ajuda de um grupo de aliados do PMDB, partido de Renan, de maneira a beneficiar o banco BMG e demais instituições financeiras interessadas em receber concessão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para operar com empréstimos consignados a aposentados da Previdência. Segundo Tuma, os três depoimentos de Bruno à Polícia Federal e um outro concedido à Polícia Civil do DF servirão como base para a elaboração de um relatório para instruir as investigações no Conselho de Ética.

– Estou analisando e fazendo comparações entre os depoimentos para verificar se as acusações são verdadeiras – afirmou Tuma.

Tião Viana defende três votações em um só dia

O 1º vice-presidente do Senado, Tião Viana, voltou a defender a possibilidade de os relatórios referentes aos três processos de quebra de decoro parlamentar contra o presidente da Casa, Renan Calheiros, serem votados no mesmo dia em Plenário. Para Tião Viana, essa seria uma resposta da instituição “ao que a sociedade deseja”. Segundo o senador, a Casa vive um impasse político que só solucionará quando os processos contra Renan forem votados, uma vez que o presidente acredita que a crise se resolverá se ele se mantiver no cargo e a oposição pensa de forma oposta. O 1º vice-presidente destacou, no entanto, que não toma partido nessa discussão, por manter uma relação de “respeito institucional” com o atual presidente.

Ele considerou “delicado” o fato de Renan não ter sido convidado para a reunião de líderes que discutiu o destrancamento da pauta de votações do Plenário.

Almeida Lima quer voto secreto assegurado

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) recorreu da decisão da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Carmem Lúcia, que indeferiu, na terça-feira, pedido de liminar em mandado de segurança em que o parlamentar pede o direito ao voto secreto e inviolável em todas as etapas de processos de cassação de mandato de senadores.

Almeida Lima visa as votações, principalmente, no Conselho de Ética. No mandado de segurança,

ele solicita, ainda, que o presidente do conselho seja notificado liminarmente “para que toda e qualquer votação referente a processo de cassação de mandato de senador seja conduzida por escrutínio secreto, especialmente os pareceres de conclusão das Representações nº 2, 3 e 4, de 2007”, que pedem a perda de mandato do presidente do Senado por quebra de decoro.

O senador afirmou que a decisão da ministra “não foi correta”,

e, por isso, disse esperar que o Pleno do STF reconsiderasse o pedido de liminar ainda naquela terça-feira, antes da reunião do conselho.

– Eu tenho esse direito, da mesma forma que o Senado recorreu da decisão do Supremo que garantiu a entrada, no Plenário da Casa, dos 13 deputados que puderam assistir à sessão secreta que analisou a perda de mandato do senador Renan no outro processo – argumentou.

CCJ examina afastamento em caso de processo

A votação do relatório do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) a dois projetos de resolução que estabelecem regras para afastamento temporário de senadores que ocupam cargos na estrutura do Senado, quando acusados de quebra de decoro, foi transferida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para esta semana. A votação estava prevista para a última quarta-feira.

O adiamento, defendido pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), terminou acolhido como pedido de vista coletivo, para aperfeiçoamentos no relatório em que Jarbas Vasconcelos consolida os projetos de resolução que tramitam em conjunto – o PRS 37/07, do senador Delcídio Amaral (PT-MT), e o PRS 40/07, assinado por João Durval (PDT-BA).

Com base na proposta de Delcídio, o relator deu amplitude maior ao mecanismo de afastamento preventivo, aplicável a membros da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou titular dos cargos de presidente de comissão e de corregedor. Mas deu preferência à solução do projeto de João Durval ao condicionador o afastamento à aprovação do colegiado no qual o senador foi eleito para o cargo – o Plenário, no caso de integrante da Mesa, ou nas respectivas comissões, quando se tratar de presidente de tais colegiados. O objetivo, esclareceu o relator, é evitar o

uso político das representações por quebra de decoro.

– O simples oferecimento, por qualquer partido político representado no Congresso, de representação que atendesse aos requisitos formais, daria ensejo ao afastamento automático do membro da Mesa ou presidente de comissão, ainda que as alegações não tivessem a menor consistência – argumentou.

Quanto ao corregedor e ao presidente do Conselho de Ética, Jarbas prevê que o afastamento do cargo seja mesmo automático, logo depois de admitidos os requisitos formais de admissibilidade – representação feita por partido com representante no Congresso, com indicação precisa do senador a ser processado e do dispositivo do Código de Ética no qual estaria enquadrado.

Acordo viabiliza desobstrução da pauta

A oposição havia negociado, na véspera, acordo para votar um conjunto de matérias, pondo fim à obstrução das votações em Plenário. Os dois projetos sobre o afastamento dos senadores dos cargos faziam parte da lista e, logo depois da CCJ, deveriam ser também examinados em Plenário. Após a reunião, o relator e outros líderes partidários entenderam que o adiamento não feria o acordo, diante do reconhecimento de que era preciso aperfeiçoar o relatório.

Corregedor discute caso de Azeredo com procurador

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), vai marcar um encontro com o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, para conversar sobre as denúncias contra o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) de participar de um esquema de caixa dois, coordenado pelo publicitário Marcos Valério, para o pagamento das contas de campanha à reeleição ao governo de Minas Gerais. O procurador-geral ainda estuda se oferecerá denúncia contra o senador Azeredo.

Tuma já recebeu cópias dos relatórios dos inquéritos que a Polícia Federal conduziu sobre o caso e que foram enviados à Procuradoria Geral da República.

– Tenho que ver como deve agir a corregedoria nesse caso – afirmou Tuma.

Segundo Tuma, a corregedoria precisa avaliar com cautela o posicionamento a tomar diante dessa acusação, pois, na época, lembrou, Azeredo era governador e não senador. Isso porque o Código de Ética e Decoro Parlamentar não é claro quanto à possibilidade

de se investigar um senador por atos cometidos antes da sua posse no Parlamento.

Para Tuma, esse fato não deveria pesar na decisão de se investigar ou não um parlamentar, porque, como já declarou anteriormente, um congressista precisa responder por todos os seus atos públicos e não somente pelos praticados durante sua gestão como senador.

– A situação do Azeredo é complicada em termos de Corregedoria. Mas acho que uma ação não deve ter interrupção com base na premissa de que ele estava ou não no Parlamento na época – disse Tuma.



Tuma considera “complicada” situação de Azeredo, acusado de caixa dois

COMISSÕES

Venda à vista pode prever desconto

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou na semana passada projeto de lei que considera prática abusiva a oferta ou venda à vista de produtos e serviços pelo mesmo valor da oferta feita a prazo.

A proposta (PLS 191/05) também estabelece que o comerciante não poderá se recusar a conceder desconto sobre os juros incorporados às prestações de financiamento, na hipótese de quitação antecipada de uma ou mais parcelas pelo consumidor, sob pena de detenção de três meses a um ano, além do pagamento de multa.

O projeto, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), modifica a Lei 10.962/04 (que trata das formas de fixação de preços ao consumidor) e a Lei 8.078/90 (que instituiu o Código de Defesa do Consumidor). Aprovado em decisão terminativa, o projeto segue para a Câmara, se não for requerido exame do Plenário.



Projeto de Valadares (E), aprovado na CMA, considera abusiva a oferta à vista de produtos pelo mesmo valor da venda feita a prazo

Ao justificar a apresentação da proposta, Valadares disse que as lojas não oferecem desconto para pagamento à vista, mas anunciam que o valor pode ser parcelado, sem apresentar o preço do financiamento. Para ele, o comerciante considera que o consumidor não se preocupa com a taxa de juros



embutida nos financiamentos de venda de bens e serviços, limitando-se a verificar se o valor da prestação cabe em seu orçamento.

O texto estabelece que a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar, entre outros dados, informações corretas, claras, ostensivas e em

língua portuguesa, sobre suas características, garantia, prazos de validade, preço e valor de juros incidentes na hipótese de venda a prazo. Prevê ainda informações sobre possíveis riscos à saúde e à segurança dos consumidores.

A pena de detenção de três meses a um ano, além de multa, será

aplicada a quem fizer afirmação falsa ou enganosa ou omitir informação relevante sobre natureza, características, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, garantia ou preço dos produtos ou serviços, assim como sobre a taxa e o valor dos juros incidentes nas hipóteses de financiamento.

Redução de ICMS para produtor rural

O projeto da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) que amplia as hipóteses de direito a créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na aquisição de insumos e equipamentos destinados à produção agropecuária foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O crédito de ICMS é um mecanismo que assegura o princípio constitucional da não-cumulatividade do imposto. Ele serve para compensar o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas operações anteriores.

Ao justificar a proposta (PLS 272/07-Complementar), Marisa Serrano lembrou que há produtos agropecuários isentos ou não-tributados pelo ICMS devido ao entendimento do legislador de que tais mercadorias devem ser incentivadas, dada sua importância econômica e social. A legislação atual (Lei Complementar 87/96), porém, impede que

seja dado o crédito de ICMS nas hipóteses em que o produto sai do estabelecimento isento ou não-tributado. "Isso gera uma situação injusta, pois o produtor rural é o contribuinte do ICMS incidente sobre os insumos e equipamentos que adquire para a sua atividade. Desse modo, a isenção ou não-tributação de determinados produtos é prejudicial, sob esse aspecto,



De acordo com Marisa Serrano, sua proposta corrige situação injusta que prejudica os agricultores

para o produtor rural", explica a senadora.

Marisa argumenta ainda que, como não se pretende isentar de ICMS todos os insumos e equipamentos utilizados na cadeia de produção agropecuária cujo elo final seja isento ou não-tributado, a única saída possível é a concessão dos créditos relativos ao ICMS efetivamente pago pelo produtor rural. Pelo projeto, a União ressarcirá os estados por perdas comprovadas, mediante prestação das informações, na forma a ser estabelecida pelo Ministério da Fazenda.

A CRA aprovou ainda requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) para que o presidente da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA), George Wagner Sousa, seja incluído entre os convidados a participarem da audiência pública sobre a evolução da produção e da importação brasileira de adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas. O debate foi proposto pelo senador João Tenório (PSDB-AL).

Parlamentar poderá lecionar em universidades públicas

A proposta de emenda à Constituição que autoriza deputados federais e senadores a exercerem o cargo de professor universitário em instituições públicas foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ainda restam dois turnos de votação em Plenário antes de a PEC (19/07), apresentada pelo senador Tião Viana (PT-AC), ser enviada à Câmara.

O autor acredita que, do modo como está redigida a Constituição federal, os parlamentares estão proibidos de atuar como professores universitários em instituições públicas, o que motivou sua iniciativa.

Já o relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), argumenta, em seu voto favorável, que "a PEC em análise objetiva conceder aos deputados federais e senadores o mesmo tratamento concedido a servidores públicos, juizes e procuradores, que podem acumular as suas

atribuições com o magistério em universidades públicas". Na opinião de Suplicy, a proposta corrige um erro da Constituinte, a qual, segundo ele, não estabeleceu qualquer restrição para que os parlamentares exerçam a função de professor em instituições de ensino privadas.

A CCJ deliberou ainda sobre ofícios enviados ao Senado que tratam de leis, ou de trechos de leis, que foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. O Senado tem a opção de suspender ou não a execução dessas leis.

A comissão decidiu apresentar três projetos que, se aprovados, vão suspender a execução da lei estadual do Rio de Janeiro que aboliu o exame psicotécnico nos concursos públicos do estado; da lei que institui a cobrança do IOF sobre saques efetuados em cadernetas de poupança; e da lei que desobriga São Paulo de participar do Pasep.

Servidores vítimas de césio exigem pensão

A pensão especial concedida às vítimas do acidente nuclear com o césio-137, ocorrido em Goiânia há 20 anos, será estendida aos servidores públicos civis e militares que também entraram em contato com a substância.

É o que prevê substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) a projeto de lei do deputado Sandes Júnior (PP-GO), aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na semana passada. O texto reajusta para R\$ 750 o valor do benefício. O matéria vai a Plenário.

De acordo com o projeto (PLC 27/04), terão direito ao auxílio

as vítimas com incapacidade parcial ou total para o trabalho; as que tenham sofrido contaminação em doses superiores a 50 Rads; e os descendentes de pessoas irradiadas ou contaminadas, que nasceram com alguma anomalia em decorrência da exposição comprovada dos pais ao césio-137.

O texto também estende pensão especial às demais pessoas irradiadas ou contaminadas que estejam sob o controle médico regular pela Fundação Leide das Neves, a partir de sua instituição até o dia 24 de dezembro de 1996, desde que cadastradas nos grupos de acompanha-

mento médico I e II da referida entidade.

O acidente foi provocado após catadores de sucata e de papel terem aberto uma peça de um equipamento hospitalar para radioterapia de 120 quilos, abandonada em um terreno em Goiânia, contendo o material radioativo césio-137.

A comissão aprovou também proposta das senadoras pelo PT Fátima Cleide (RO) e Ideli Salvatti (SC) para realização de debate sobre recursos a serem aplicados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na área de atuação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Maciel quer aperfeiçoar regras para o exame de indicações

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Marco Maciel (DEM-PE), está propondo uma revisão das regras que o colegiado segue para apreciar indicações de autoridades feitas pelo presidente da República. O objetivo é tornar as sabinas mais eficazes na avaliação das qualificações dos candidatos para os cargos que deverão ocupar. Para isso, Maciel designou um grupo de senadores com a tarefa de consolidar sugestões e apresentar um projeto de resolução da CCJ com as mudanças.

- As comissões da Casa se

vêm, com frequência, diante da exigência constitucional de sabinar pessoas indicadas para o exercício de relevantes funções públicas, processo atualmente cercado de questionamentos sob a alegação de que essas sabinas têm sido feitas de forma aligeirada, sem avaliar adequadamente o desempenho dos indicados - afirmou Maciel.

A expectativa do senador é de que, em até 15 dias, a CCJ possa dispor das novas regras. No entanto, ele considera mais importante "sentir a Casa" e colher o máximo de observações sobre falhas dos procedimentos.

ECONOMIA

Mato Grosso quer viabilizar exportação

A pauta de reivindicações dos representantes de Mato Grosso está centrada na área de transportes multimodais, tanto para o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 quanto para o Orçamento Geral da União (OGU). Essa foi a tônica da terceira audiência pública da Comissão Mista de Orçamento (CMO), realizada na segunda-feira passada na Assembléia Legislativa do estado, em Cuiabá.

As principais sugestões de emendas prevêem um novo corredor de exportação, por meio da BR-242, para escoar a soja produzida no Chapadão dos Parecis pela ferrovia Norte-Sul e pelo porto de Itaquí (MA), asfaltamento e ampliação da malha rodoviária federal e federalização de estradas.

A audiência, presidida pelo senador José Maranhão (PMDB-PB), se estendeu por mais de quatro horas. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu esforços da banca para emplacar emenda que aumente os recursos previstos para a duplicação do trecho da BR-163 que liga Rondonópolis, Cuiabá e Posto Gil (a 170 quilômetros da capital). Conforme Serys, o valor previsto no projeto de lei orçamentária para 2008 é de apenas R\$ 20 milhões, inferior ao alocado para a manutenção da própria BR-163 (R\$ 25 milhões).

Os opositores, senadores Jayme Campos e Jonas Pinheiro, ambos do DEM, também reforçaram os pleitos para melhorar a logística do estado. Pinheiro defendeu emenda para destinar recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste para o aproveitamento da água da represa do

rio Manso, que pode beneficiar oito municípios que margeiam o rio Cuiabá. Ele informou que o projeto, esboçado na década de 1970, poderá atender cerca de 5 mil pequenos agricultores que necessitam de água para consumo próprio e para irrigação das lavouras. Já os representantes da zona de processamento de exportação (ZPE) de Cáceres, pediram recursos federais para asfaltar 135 quilômetros entre Barra do Bugres e Cáceres.

Para Jayme Campos, o pleito pode ser atendido com verbas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Mas o deputado federal Valtenir Pereira (PSB-MT) anunciou que apresentará projeto para federalizar a estrada, abrindo assim caminho para que ela seja incluída no PPA e receba recursos da União.

Segundo o presidente da administradora da ZPE, engenheiro Adilson Reis, a rodovia (MT-343), se asfaltada, poderá reduzir em 245 quilômetros a distância para escoar a produção agropecuária da região do médio-norte do estado para a hidrovía Paraguai-Paraná.

A pavimentação da MT-343, continuou Reis, vai viabilizar a ZPE de Cáceres, criada na década de 1990 e que deverá decolar com a nova regulamentação aprovada pelo Congresso.

O volume de sugestões formalizadas durante a audiência não foi expressivo: sete ao Plano Plurianual e 11 ao OGU. Mas os consultores de Orçamento esperam que, além da entrega dos formulários com as sugestões, muitos dos presentes que se manifestaram enviem seus pedidos pelo site da própria CMO.

Eventos dão mais qualidade ao Orçamento, diz José Maranhão

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador José Maranhão, afirmou que os melhores resultados dos seminários regionais que estão sendo realizados em várias capitais brasileiras não são quantitativos, mas qualitativos.

– A comissão fica mais conhecida e seu trabalho fica mais democratizado – ressaltou, logo após a reunião ocorrida na última quinta-feira na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

A CMO já promoveu seminários em Porto Velho, Belém e Cuiabá. Ainda nesta semana, a comissão fará audiências em Fortaleza (segunda-feira), Salvador (quinta) e em João Pessoa (sexta). No dia 8, os parlamentares

estarão em Florianópolis e, no dia seguinte, em Brasília.

Maranhão assinalou que, com os debates, os integrantes do colegiado terão um conhecimento mais profundo da realidade social, econômica e política nacional, e o Orçamento poderá espelhar melhor a média das necessidades das regiões do país.

O senador ainda elogiou as medidas recentemente adotadas pela CMO para melhorar a execução do Orçamento, como a resolução que disciplinou o trabalho dos parlamentares; a divisão do poder do relator-geral com os dez relatores setoriais; a proibição de que parlamentares se reelejam para a comissão; e o lançamento do Portal do Orçamento.

Senado lança nesta terça portal com informações completas

A partir desta terça-feira à tarde será possível acessar o Portal do Orçamento na página de internet do Senado. No portal, qualquer pessoa poderá obter informações detalhadas sobre o orçamento federal, sobre verbas da União destinadas ou previstas para a sua cidade e sobre a legislação ligada a orçamento.

Os dados serão abertos à medida que o internauta for pesquisando, sem nenhuma exigência de senha. À medida que o orçamento for executado, o sistema informará quanto dinheiro foi liberado por ministério, programa, projeto, órgão e fundação.

Saiba mais no encarte que acompanha esta edição.



Senador José Maranhão (E) preside reunião da Comissão Mista de Orçamento em Cuiabá

Meirelles: inflação baixa, tarifas altas

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, justificou as tarifas cobradas pelas instituições financeiras dizendo que “é um pouco difícil fazer uma afirmação genérica”, mas

que o sistema de pagamentos no Brasil é quase totalmente processado pelo sistema bancário, ao contrário de países como os EUA. Ele também argumentou que, até 1994, grande

Valter Pereira (PMDB-MS) disse que a cobrança de tarifas “é uma roubação, porque os bancos cobram o que querem” e que há leniência por parte do governo e, especialmente, do BC.

Conforme Aloizio Mercadante (PT-SP), as tarifas são responsáveis por cerca de 20% das receitas bancárias no Brasil.

Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou os lucros registrados pelas instituições financeiras do país, maiores que os de “muitos bancos estrangeiros”. Após a audiência, Valter Pereira declarou que “a explicação de Meirelles foi pífia”, e Mercadante ressaltou que a CAE em breve discutirá as tarifas bancárias com o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).



Meirelles (E), ao lado de Mercadante, explica alto custo imposto a correntistas

“Brasil obterá em breve o grau de investimento”

O Brasil pode obter em pouco tempo o chamado *investment grade* (grau de investimento), classificação dada a países “bons pagadores”, de acordo com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

– Eu diria que está mais perto de ocorrer em um ou dois anos do que em oito ou dez anos – afirmou. Meirelles, no entanto, observou que as agências de classificação de risco – que elaboram esse tipo de avaliação – “passam por um momento particularmente delicado”, pois muitas das decisões de investimento que desembocaram na recente crise financeira norte-americana se basearam nas notas atribuídas por essas agências.

Quanto às perspectivas da economia mundial, Meirelles disse que o cenário base “prevê os Estados Unidos crescendo um pouco menos do que antes da recente turbulência financeira” – pouco afetando a economia mundial, que registraria uma “desaceleração moderada”.

Casagrande cobra maior redução dos juros

A defasagem entre o ritmo de redução da taxa básica de juros (Selic) e o das taxas efetivamente cobradas dos consumidores foi criticada por Renato Casagrande (PSB-ES) na audiência pública da CAE com o presidente do Banco Central. Casagrande lembrou que a taxa básica caiu de 14,25% ao ano para os atuais 11,25% ao ano em um período de aproximadamente 12 meses – uma queda de 21%. Já a taxa de juros média cobrada das pessoas físicas teria caído, no mesmo período, de 137,65% para 131,62%, uma redução muito menor que a registrada pela taxa Selic: 4,4%. O presidente do Banco Central reconheceu a existência do problema e apontou a competição entre as instituições financeiras como uma forma de redução das taxas de juros. Nesse sentido, disse, medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional como a instituição da conta-salário e do cadastro positivo visam aumentar a concorrência.

Rio tem chance de sediar Olimpíadas de 2016

O Rio de Janeiro pode “entrar para ganhar” na disputa para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, disse na semana passada o ministro do Esporte, Orlando Silva, durante audiência pública da Comissão de Educação (CE) destinada a uma avaliação dos resultados dos Jogos Pan-Americanos de 2007. A candidatura da cidade, afirmou, tem sido vista com respeito em todo o mundo.

– A candidatura do Rio é res-

peitável pelo que realizamos nos Jogos Pan-Americanos – informou o ministro, ao lembrar que, após o Pan, o Rio de Janeiro já foi escolhido para sediar, em 2011, os Jogos Mundiais Militares.

O presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, citou o resultado de pesquisa realizada nos estádios do Rio, durante os Jogos Pan-Americanos, segundo a qual 95% dos entrevistados gostariam que as Olimpíadas de

2016 se realizassem na cidade. Ele destacou o “nível olímpico” das instalações oferecidas aos atletas e espectadores, além da qualidade dos serviços públicos de segurança e transporte.

O presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Vital Severino Neto, observou que, pela primeira vez, os Jogos Parapan-Americanos utilizaram a mesma organização e a mesma infra-estrutura dos Jogos Pan-Americanos.

Portal aproxima cidadão e Orçamento

Imagine um espaço na internet em que todo cidadão pudesse ver em detalhes onde o imposto pago por ele está sendo aplicado pelo governo. Pois é esse um dos objetivos do novo portal do Orçamento, alojado no site do Senado Federal (www.senado.gov.br, no menu à esquerda) e apresentado neste Encarte Especial.

As informações sobre as três leis orçamentárias – a que autoriza o Orçamento da União (LOA), a de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA) – podem ser consultadas de forma ágil e simplificada, sem a necessidade de ser um internauta experiente e muito menos um especialista na área orçamentária. “O portal é um facilitador para mostrar informações do Siga Brasil”, define o consultor de Orçamento Orlando de Sá Cavalcante Neto, um dos idealizadores do portal e do programa, lançado em dezembro de 2004, que tornou mais transparente os dados sobre os gastos públicos.

Com um grande número de consultas prontas no Siga Brasil, que emite relatórios a partir de fontes como o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, o usuário poderá saber o que a LOA reservou para

áreas como educação, saúde e segurança pública. O usuário poderá, por exemplo, controlar os convênios que são firmados com as prefeituras e os recursos que são transferidos pela União a entidades privadas, como as santas casas e organizações não-governamentais (ONGs).

Com um visual simples e agrupamento funcional, “o consulente localiza de forma mais fácil o que procura”, diz o diretor de Soluções de Tecnologia da Informação do Prodasen, Carlos Magno Santoro.

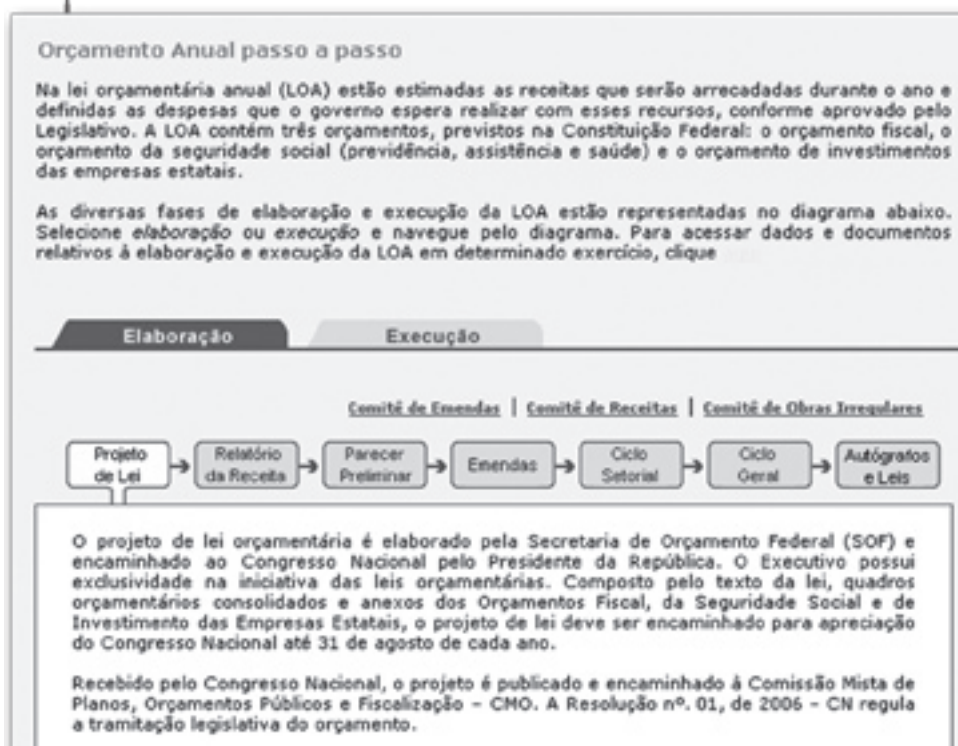
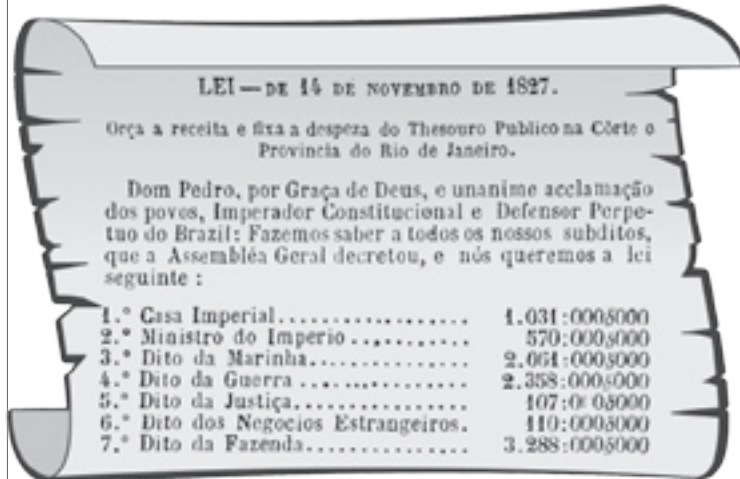
Além disso, a página foi planejada de forma didática, esmiuçando, no campo “Processo Orçamentário”, cada etapa do Orçamento, desde a tramitação no Congresso até sua execução, passando pelo funcionamento da Comissão Mista de Orçamento. Também estão disponíveis pareceres, notas técnicas e emendas, além de um glossário de termos técnicos.

O portal traz ainda um levantamento inédito da legislação orçamentária desde a Constituição de 1824, com a íntegra das leis. A primeira delas, por exemplo, data de 14 de novembro de 1827, quando dom Pedro I e a Assembléia Geral aprovaram 6.880 contos de réis para o Tesouro da Corte e a província do Rio de Janeiro.

Página foi feita com apenas três técnicos e sem investimentos

Apontado como iniciativa inédita na América Latina, o novo portal começou a ser desenvolvido há um ano. A Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) não precisou investir, pois aproveitou o software Oracle Application Server, já usado pelo Senado. “Apenas três técnicos trabalharam, e em tempo parcial”, registra o diretor do Prodasen Carlos Magno Santoro.

O grande avanço é “juntar em uma mesma base várias bases diferentes”, explica ele, citando os sistemas de Elaboração Orçamentária do Congresso (Selor), de Dados Orçamentários (Sidor) e de Administração Financeira (Siafi). O próximo passo é integrar o sistema com informações sobre o cronograma de obras, para “melhorar a qualidade das emendas parlamentares”, diz Santoro.



Siga Brasil coloca gastos públicos à vista de todos

Desenvolvido há quase sete anos para uso interno da Consultoria de Orçamento do Senado (Conorf), o Siga Brasil mostrou ser uma importante ferramenta para dar transparência aos gastos públicos. Ao detectar esse alcance, a orientação tanto para a Conorf quanto para o Prodasen foi aprimorá-lo de forma a ser utilizado por pessoas que não são especialistas na área orçamentária, rememora o consultor-geral do Orçamento, Fábio Gondim.

Para se ter idéia da evolução do sistema, o Siga Brasil possuía na sua base 1,92 milhão de informações, em 2001, um ano após o início do seu desenvolvimento. Agora ultrapassa 161 milhões de informações, agregando de 10 a 15 milhões por ano, segundo João Artur Coimbra, um dos responsáveis pelo Siga Brasil no Prodasen.

A demanda potencial do sistema nessa nova fase, com o portal, ainda não foi dimensionada. “Atualmente, o número de acessos ao Siga está na faixa de 4,5 mil mensais”, situa Coimbra.

O reconhecimento nacional ao seu caráter inovador foi obtido em novembro de 2006, quando recebeu o Prêmio Brasil de Tecnologia da Informação e das Comunicações, organizado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e pela Universidade de Brasília (UnB). “Um júri de 13 especialistas da área acadêmica elegeu-o entre 160 projetos de tecnologia da informação no setor público”, lembra Rita Santos, da Conorf.

Além de entidades da sociedade civil, algumas inclusive parceiras no desenvolvimento dos orçamentos temáticos – como o das mulheres, o da criança e do adolescente, e o de minorias como quilombolas e indígenas –, a ferramenta auxilia técnicos e gestores do próprio governo.

Criado há sete anos, sistema já não é mais de uso exclusivo de especialistas

Conforme levantamento do Prodasen, o maior número de especialistas cadastrados como usuários do sistema, sem contar os do Tribunal de Contas da União (TCU), pertence à Controladoria Geral da União (CGU), à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos e à Secretaria de Orçamento Federal, ambas do Ministério do Planejamento, e ao Banco Central.



Acesso direto às contas municipais

Fiscalizar o que acontece com os repasses federais para os mais de 5.500 municípios brasileiros não é tarefa fácil. Os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ainda são considerados de difícil compreensão para os não especialistas, na avaliação do prefeito Antônio Pimentel, de Governador Mangabeira (BA), que resolveu trilhar caminho próprio para assegurar transparência à execução do orçamento municipal (ver matéria abaixo).

A publicação das contas municipais em página eletrônica criada pelo TCU, prevista

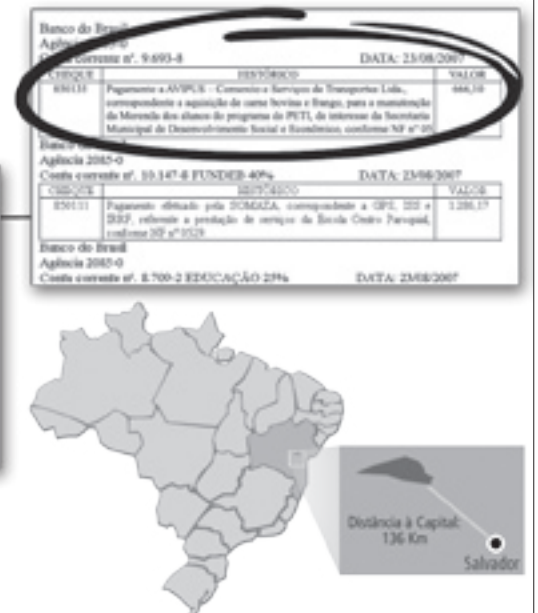
na Lei 9.755/98, acabou descumprida, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que auxilia as prefeituras interessadas em divulgar seus dados. Diante desse quadro, o portal do Orçamento, organizado pelo Senado, pode contribuir para dar transparência pelo menos às verbas federais. Com a vantagem de acesso direto, já no canto direito da página inicial, o cidadão pode consultar as informações e ajudar a fiscalizar as administrações municipais (veja a ilustração com os recursos federais para transporte escolar em Boa Vista do Ramos, no Amazonas).

Sistema facilita controle dos repasses

Uma inovação do portal é facilitar o acesso e dar mais informações sobre estados e municípios, inclusive com análises comparativas. “É o único sistema que apresenta esses dados de modo claro e sistematizado”, afirma o consultor de Orçamento Orlando Sá Cavalcante Neto, um dos idealizadores do portal e do Siga Brasil. Além de conhecer os valores dos repasses – que a antiga versão do Siga Brasil já permitia –, o usuário contará com consultas prontas sobre áreas vitais para a administração municipal, como educação e saúde. Outra característica do sistema, diz Cavalcante Neto, é a interatividade. O usuário pode mexer nas consultas prontas, cruzar dados e fazer a análise desejada. A manutenção, feita pelos próprios consultores e não mais pelo Prodasen, dinamizará a alimentação do sistema. “Podemos constantemente melhorar a qualidade dos dados da base inicial”, diz Cavalcante Neto. Dependendo das demandas, os consultores podem incluir novas consultas.



“Pioneira em transparência no uso dos recursos públicos na Bahia e no Brasil”



Município baiano dá exemplo de transparência

Está no site da prefeitura. Governador Mangabeira, no Recôncavo Baiano, distante 136 quilômetros de Salvador, se auto-intitula o município mais transparente do Brasil. E talvez o seja. Desde que em janeiro do ano passado colocou na internet, com auxílio da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a relação do que entra nos cofres municipais e do que é pago, inclusive com resumo do cheque emitido (ver ilustração acima), a prefeitura é procurada por

administradores de cidades interessadas em saber como o programa funciona. – Quando assumi, na primeira gestão, há seis anos e nove meses, havia muito abuso. O dinheiro do transporte escolar era usado em cortejo fúnebre, viagens de times de futebol e até para ir à praia – lembra o prefeito Antônio Pimentel (PR). Além de breçar esses abusos, Pimentel diz que os habitantes de Governador Mangabeira – 19.781, pelo último levantamento do

IBGE – estão cada vez mais conscientes. “A arrecadação municipal subiu depois que começaram a sentir o retorno”, conta ele. O próximo passo é colocar na internet dados da eficiência administrativa dos gastos. Por exemplo, quantas merendas foram distribuídas e os metros quadrados de pavimentação. A palavra-chave para esse engenheiro agrônomo, com pós-graduação em Auditoria Governamental, é transparência. Para induzir o controle

social em um município a que a internet só chega via rádio, a prefeitura instalou quatro infocentros: dois em colégios de ensino fundamental, com acesso aos alunos da 5ª à 8ª séries, são sustentados com recursos federais para educação. Os outros dois são bancados com recursos municipais – um com dez computadores instalados ao lado da prefeitura e o segundo na biblioteca municipal, com quatro máquinas. O acesso pela população é livre, conforme Pimentel.

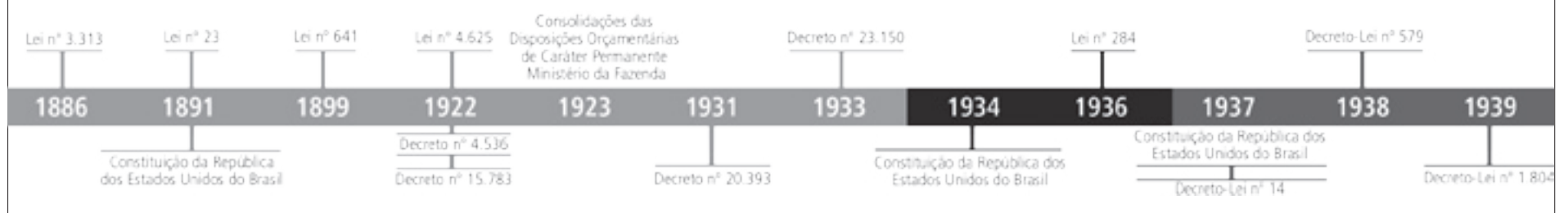


Prestação de contas previne desvio de recursos

Distante 270 quilômetros de Manaus e com acesso apenas por via fluvial, o município amazonense de Boa Vista do Ramos ilustra bem o que pode ocorrer quando falta transparência. Criado em 1961, mas instalado só em 1982, o município ainda não publica no seu site as contas

públicas (ver ilustração acima). Com 13.120 habitantes, conforme o IBGE, Boa Vista do Ramos esteve envolvido em denúncias de irregularidades. Em 2004, a Controladoria Geral da União apontou indícios de desvios de recursos da saúde. O dinheiro liberado para obras de

saneamento teria sido sacado pelo prefeito oito dias antes do fim do mandato. Novas denúncias levaram à detenção de quase toda a cúpula da prefeitura, durante a Operação Ratoeira, desencadeada pela Polícia Civil e pelo Ministério Público estadual.



Maior controle social do Orçamento

Pode parecer estranho, mas muitas pessoas navegam na internet sem definir o que precisam. Quem faz essa avaliação é a consultora de Orçamento Helena Assaf, responsável pelos cursos sobre o Siga Brasil (www.senado.gov.br/ilb/asp/EP_CursosDisponiveis_ProjetoSIGA.asp). Essa peculiaridade serve de alerta: quem quer exercer o controle social do Orçamento deve definir o que procura.

Com nova apresentação, o Siga Brasil ampliou o número de consultas prontas e facilitou o acesso às informações orçamentárias. Segundo Assaf, elas atendem a

95% das demandas feitas à Consultoria de Orçamento por entidades da sociedade civil, jornalistas, parlamentares e suas assessorias, além de órgãos do governo federal e representantes de estados e municípios. Em alguns casos, a informação pode ser encontrada em mais de uma das consultas prontas.

Acompanhe abaixo, passo a passo, uma simulação de consulta. O exemplo supõe que um morador de Campinas (SP) queira saber se a União fez repasses em apoio a ações de prevenção ao câncer bucal. E quem recebeu os recursos.

SENADO FEDERAL

Ação	Convênio (Número)	Celebração	Concedente	Conveniente	Convênio (Desc)	Justificativa
APOIO A SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA	577430	18/12/06	SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS/SPRE	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	Objeto: Convênio firmado entre a SP/ONH/SEDP/SP e Prefeitura Municipal de Campinas, visando assessoria de projeto "Centro de Referência GLTB" da Secretaria de Cidadania, Trabalho, Inclusão e Assis	MANUTENÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA PARA O COMBATE E HOMOFOBIA, AMPLIANDO E MELHORANDO AS CONDIÇÕES PARA O ATENDIMENTO E COMUNIDADE.
ATENÇÃO A SAÚDE BUCAL	589227	31/12/06	DIRETORIA EXECUTIVA DO SUS/MS/DE	HOSPITAL MUNICIPAL DR MARIO GATTI - CAMPINAS	ADQUIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE, CURSO, CONGRESSO, ENCONTRO, TRATAMENTO, SEMINÁRIO E EVENTOS CUSTEAR PROGRAMA DE CÂNCER BUCAL POR 24 MESES, CAPACITAÇÃO, SCREENING PARA DETECÇÃO PRECOCE, TRATAM	O CÂNCER DE BOCA INCLUINDO O LABIO E A NEOPLASIA DE CÂRCELA E PESCOÇO MAS FREQUENTE EXCLUINDO PÉLE E O S CÂNCER MAIS COMUM NO BRASIL, ENTRE OS HOMENS E 8 ENTRE AS MULHERES, COM UMA E
ATENÇÃO A SAÚDE			SAÚDE		ADQUIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	NÃO TODO PROCESSO REFERENTE AS QUESTÕES DO ABSENTISMO POR AUSENCIA À SAÚDE DO TRABALHADOR, SEM COMO O TRABALHO DE BRABRIFAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHADORES ACIDENTADOS DA SECRETARIA MUN

CONVÊNIO: 589227

CONVENIENTE: HOSPITAL MUNICIPAL DR MARIO GATTI - CAMPINAS

CONVÊNIO ORIGINAL: 1346/2006

CELEBRAÇÃO: 31/12/06

SITUAÇÃO: ADIMPLENTE

VALOR CONTRAPARTIDA: 101.224

VALOR CONVÊNIO: 911.016

VALOR PAGOS: 652.344

Empenho	Data Emissão Empenho	Empenhado	OB (Número)	Data Emissão OB	Pago
2006.NE.257001.00001.402571	20/12/06	776.00	2007.OB.257001.00001.920543	04/jul/2007	326.172
2006.NE.257001.00001.402572	20/12/06	135.00	2007.OB.257001.00001.925267	10/ago/2007	326.172
Total		911.016	Total		652.344

O passo a passo de uma consulta

- ✓ No novo portal, escolha o banner "Estados e Municípios", abaixo do menu "Acesso Rápido";
- ✓ ao abrir, certifique-se de que o menu "Municípios" esteja selecionado; caso deseje informações sobre convênios celebrados pelos governos estaduais, clique em "Estados";
- ✓ em seguida, acesse a aba "Convênios": a tela exibirá lista de consultas; selecione convênios por município; essa consulta relacionará todos os convênios firmados com governos municipais, a partir de 2003;
- ✓ a relação dos municípios aparecerá por ordem alfabética; o usuário pode escolher direto na lista ou escrever o nome do município no campo ao lado da figura do binóculo;
- ✓ clique no binóculo para selecionar o que quer consultar, dentro do rol de nomes (por exemplo, Campinas); clique no nome do município e, em seguida, na seta à direita da página; o nome aparecerá no quadro "Escolha o Município"; agora clique em "Executar a Consulta" no canto direito da página;
- ✓ ao abrir, o usuário encontrará três abas: "Resumo" relacionará os convênios com informações como o número original, valores empenhados e pagos a cada ano; "Detalhe" pormenorizará cada convênio; e "Por Ação" mostrará todos os convênios relacionados a determinada ação, incluindo as datas;
- ✓ o exemplo ao lado selecionou na aba "Por Ação" e procurou a ação "Atenção à Saúde Bucal";
- ✓ identificado o número do convênio, como mostra a ilustração, o usuário pode acessar as abas "Resumo" ou "Detalhe" para obter mais informações sobre o convênio.

Fonte: Sifa

Siga Brasil foi crucial para trabalho das CPIs, diz consultor

A proeza obtida pela CPI Mista dos Correios de analisar 73 milhões de registros bancários e telefônicos em dez meses só foi possível graças ao Siga Brasil. "Seria inviável se fizéssemos esse trabalho por planilhas de Excel", compara o consultor de Orçamento José Amadeo Cunha Gomes, responsável pelo cruzamento de informações feito pelas CPIs.

O uso do Siga Brasil facilitou também o rastreamento das emendas parlamentares utiliza-

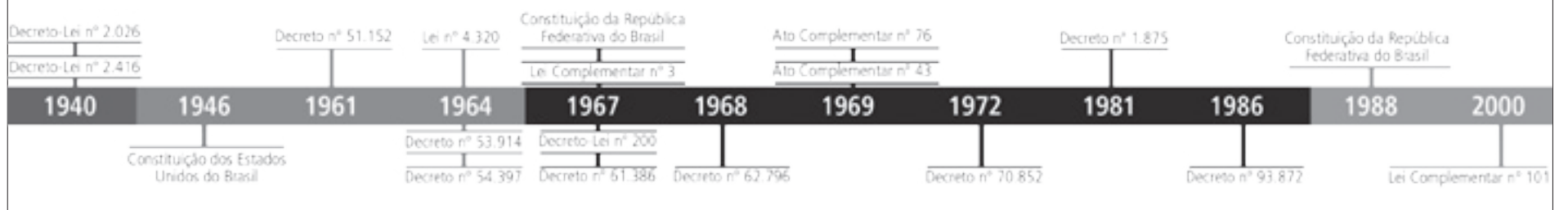
das para desviar recursos pela máfia das ambulâncias. O passo seguinte foi o cruzamento desses dados com os que foram enviados pelo Ministério da Saúde sobre os convênios firmados com as prefeituras. Para tanto, os técnicos da CPI dos Sanguesugas usaram o i2, programa de investigação criminal empregado por algumas das principais agências de inteligência do mundo, como a CIA norte-americana e o Mossad israelense, e que já serviu para ajudar a Polícia

Federal a desbaratar quadrilhas de lavagem de dinheiro.

– As duas ferramentas atuam juntas nas CPIs, uma complementa a outra – explica Amadeo. Enquanto o Siga Brasil trata os dados enviados pelos bancos e pelas operadoras de telefonia às CPIs, o i2 cruza informações e as apresenta na forma de diagramas e tabelas, facilitando sua visualização.

Foi assim, segundo Amadeo, que a CPI dos Correios verificou que os saques das contas abas-

tecidas pelo valerioduto coincidem com votações de interesse do governo no Congresso. Esse foi um dos pontos que o Ministério Público aprofundou para formular sua denúncia contra os chamados mensaleiros, aceita recentemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para Amadeo, o Siga Brasil vai ser fundamental para o trabalho da CPI das ONGs, especialmente no rastreamento das emendas e nas transferências federais a entidades privadas.



Parcerias geram páginas temáticas

Quando o Siga Brasil foi aberto ao público, em 2004, a Consultoria de Orçamento do Senado partiu para uma nova experiência: acertar parcerias com organizações da sociedade civil. A primeira delas foi com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), uma das entidades mais atuantes no Congresso na área de Orçamento e de políticas públicas sociais. O resultado foi o desenvolvimento de orçamentos temáticos, com metodologias apresentadas pelos parceiros, que facilitam as consultas às áreas sociais.

Com o portal, o acesso passou a ser direto. A partir de um banner, o usuário encontrará opções que vão desde a elaboração e a execução dos programas sociais no Plano Plurianual (PPA) até a ações federais voltadas para as mulheres e minorias, como quilombolas e indígenas.

O primeiro resultado da parceria com o Inesc foi o orçamento da criança, que envolve também gastos com políticas públicas para os adolescentes. “Esse acompanhamento é feito pelo Inesc desde 1994”, lembra o responsável pelo programa, Francisco Sadeck. Só que a parceria com a Conorf possibilitou organizar a consulta, com as bases de dados do Siga Brasil, e fazer o seu monitoramento pela internet.

A metodologia, segundo Sadeck, baseou-se em dois documentos: um produzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Pacto pela Paz da IV Conferência Na-

cional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 2003. Os programas federais, explica, foram selecionados pela sua finalidade: não só os que têm relação direta sobre a situação da criança – como o que busca erradicar o trabalho infantil –, mas também indireta, como saneamento e atenção à saúde da mulher.

O resultado dimensionou o orçamento da criança e do adolescente em R\$ 32 bilhões em 2006, ou 8,2% do que foi orçado para custeio e investimento (exceto estatais) no exercício, conforme Sadeck. Ele identifica dificuldades para isolar o que é um gasto efetivamente social – o programa de creches,

por exemplo, inclui gastos com funcionalismo.

Porém, o mais importante é o que esse orçamento vem produzindo de efeitos benéficos, inclusive de conscientização dos conselhos municipais de Defesa da Criança e do Adolescente.

Integrante do conselho de Governador Valadares (MG), Flávia Xavier relata que, após um curso do Inesc com outras ONGs, os conselheiros passaram a atuar sobre os orçamentos e emplacaram 16 emendas à LDO do município, assegurando, por exemplo, a construção de escolas na zona rural, creches e ampliação do atendimento às parturientes. Agora, os conselheiros estão voltados para o orçamento de 2008. A meta, diz Flávia, é chegar ao Orçamento federal, que até hoje não destinou recursos para o fundo municipal que cuida dos direitos da criança.

Conselhos municipais de Saúde terão instrumento de controle

O portal do Orçamento deverá funcionar como um apoio aos integrantes dos conselhos municipais de Saúde. Esse é o objetivo da mais recente parceria operacional entre a Consultoria de Orçamento e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Após quatro anos de pesquisa sobre estrutura e funcionamento dos 5.559 conselhos municipais e os 27 estaduais, uma das constatações foi que alguns dos seus 66 mil integrantes precisariam se especializar em determinadas áreas, como a orçamentária e a jurídica.

Para suprir essa necessidade, a equipe coordenada pelos pesquisadores Marcelo Rasga Moreira e Sarah Escorel identificou instituições com trabalhos que poderiam apoiar os conselheiros, gerando uma rede de controle e gestão participativa. Foi assim que surgiu a idéia de procurar a Conorf, segundo Moreira. O resultado dessa parceria é o orçamento temático da saúde, que vai permitir aos conselheiros acionarem con-

sultas prontas, facilitando o controle e a fiscalização dos repasses federais aos estados e municípios.

– Estamos estudando as consultas que já existem no sistema do Senado e selecionando as ações relacionadas à saúde que precisariam ser agregadas, com base nos resultados da nossa pesquisa – informa Moreira, que pertence à Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, uma das unidades técnicas da Fiocruz. Depois dessa primeira fase, Moreira propõe que esse orçamento temático passe pelo crivo dos próprios conselhos para o seu aprimoramento.

Outra parceira que tem dado visibilidade ao portal e ao Siga Brasil é a ONG Contas Abertas, que divulga análises e informações sobre os orçamentos públicos. A ONG, que possui um dos sites mais acessados na área, com cerca de 300 mil visitas mensais, usa o sistema desde o primeiro semestre deste ano, segundo um dos seus técnicos, Carlos Bendô.

Números sobre áreas sociais ficaram mais visíveis com colaboradores



“Supermercado” de dados para municípios

O portal do Orçamento do Senado poderá ajudar o grupo de trabalho encarregado da modernização administrativa dos municípios, instituído em agosto de 2007 no âmbito do Comitê de Assuntos Federativos, presidido pelo ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia. Essa avaliação é de Augusto Braun, coordenador técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que integra o grupo de trabalho.

Um dos desafios da Caixa Econômica Federal, operadora das transferências da União, é criar um portal capaz de integrar informações sobre os convênios e os contratos firmados com municípios. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, segundo a consultora Rita Santos, obriga a Caixa a dar

publicidade a esses repasses.

O sistema desenvolvido contribui para dar maior transparência a essas informações, na opinião de Braun. Uma das dificuldades das prefeituras, observa, é saber como estão sendo executados os programas federais. “Elas acabam dependendo das informações transmitidas pelos parlamentares ou tendo de garimpar dados dispersos e desorganizados.”

A vantagem do novo portal é funcionar como um “supermercado de informações”, definiu Rita Santos, durante a apresentação que fez aos técnicos da CNM. O portal desobriga o usuário de ter senha de acesso e de se desdobrar para organizar a consulta e obter a informação que lhe interessa. Mesmo assim, Braun acha que boa parte dos pequenos municípios ain-

da deve demorar algum tempo para conseguir explorar a ferramenta, principalmente em função da ausência de pessoal qualificado.

No entanto, o portal poderá servir como espelho para os municípios desenvolverem programas que adaptem suas contas aos padrões da contabilidade pública federal, na opinião da consultora da CNM Silvane Schwengber. De imediato, o portal deve ajudar o próprio trabalho da CNM, que já é usuária do Siga Brasil.

A CNM assessora pequenos e médios municípios, inclusive organizando e-mails oficiais que abrangem até 15 áreas da administração. Cerca de 300 municípios já possuem esses endereços organizados e atendem bem às pesquisas realizadas pela entidade.



A consultora do Senado Rita Santos apresenta o portal do Orçamento à CNM: agilidade para pesquisas

CONORF
Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

e-mail: conorf@senado.gov.br
telefones: (61) 3311-3318 e 3311-4330 (fax)

JORNAL DO SENADO

e-mail: jornal@senado.gov.br
telefone: (61) 3311-3333

AGRICULTURA

Carlos Lupi critica "fervor" em defesa de empresa

O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, apresentou, na quarta-feira passada, documentos e fotos do relatório de fiscalização realizada pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do ministério na Pará Pastoral e Agrícola (Pagrisa), autuada em junho por empregar 1.064 trabalhadores em condições análogas às de escravos e alvo de processo criminal movido pela Justiça Federal do Pará.

Lupi compareceu à Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa (CDH) em resposta aos senadores da comissão externa que visitou há duas semanas a empresa autuada, em Ulianópolis (PA). Os parlamentares, entre eles Kátia Abreu (DEM-TO) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), questionaram os critérios adotados pelo grupo móvel de fiscalização.

Já o presidente da comissão externa, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), anunciou a realização de audiências públicas para ouvir testemunhas e destacou que os documentos apresentados por Lupi serão analisados.

O ministro afirmou que as ações



Ao lado de Paulo Paim (E) e José Nery, Carlos Lupi (D) entregou relatório sobre trabalho escravo

do grupo – que existe há quase 20 anos – se baseiam na legislação e não em conveniência política. Lupi criticou a “tentativa de desqualificar o trabalho do ministério”. A ação, observou, foi realizada em sigilo, como de praxe.

– É muito estranho esse fervor em defender essa empresa – disse, explicando que a ação na Pagrisa foi executada por auditores fiscais

do trabalho, acompanhados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público do Trabalho. O Grupo Móvel, declarou, constatou várias irregularidades, documentadas em fotos, e libertou as pessoas em situação análoga à de escravo. Entre as irregularidades apontadas estão as más condições dos dormitórios e banheiros dos trabalhadores, a distância entre a usina e o canavial

(uma hora de caminhada) e a falta de equipamentos de proteção. O relatório mostra que, pela folha de pagamento da empresa, os empregados não recebem mais do que R\$ 175,68 por seus serviços e que há alguns que não recebem nada. Os documentos contêm os depoimentos dos 1.118 trabalhadores, bem como papéis apreendidos pela Polícia Federal na Pagrisa.

Kátia Abreu repudia a suspensão de fiscalizações

A senadora Kátia Abreu repudiou a decisão da secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Ruth Vilela, de suspender a fiscalização do trabalho escravo em todo o país em protesto contra os senadores da comissão externa que visitou a Pagrisa, empresa autuada por trabalho escravo.

Kátia Abreu estranhou a atitude da secretária do ministério.

– Se sou uma administradora pública, se recebo denúncias, tenho de ter a humildade de querer verificar, ser a primeira a verificar os abusos e corrigir as distorções. Queremos continuar com nosso trabalho. Pedimos à Ruth Vilela que respeite o Senado. Fizemos uma primeira visita e com certeza não será a última – afirmou.

Segundo Kátia Abreu, a comissão externa, criada por requerimento do senador Flexa Ribeiro,

não constatou as irregularidades averiguadas pelos fiscais do trabalho, mas apenas “mínimas irregularidades trabalhistas”. Kátia Abreu informou que, antes dos senadores, representantes de diversas entidades – como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará – estiveram na empresa e também não viram indícios de trabalho escravo. Ela questionou a expressão “trabalho degradante”, que seria muito ampla e teria que ser “mais bem conceituada”.

Além da parlamentar e de Flexa Ribeiro, integraram a comissão que visitou a empresa os senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Romeu Tuma (DEM-SP).



Segundo Kátia Abreu, nem comissão do Senado nem outras entidades constataram as irregularidades

– Fomos de boa-fé para corrigirmos os erros praticados pelas instituições – afirmou, avisando ainda que processará o jornalista Leonardo Sakamoto, que a teria acusado de ser defensora do trabalho escravo.

Flexa nega prejulgamento favorável à empresa paraense

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) protestou contra nota divulgada pelo senador José Nery (PSOL-PA), em que lança suspeitas sobre o trabalho da comissão externa criada para investigar denúncia de trabalho escravo contra a Pagrisa.

Segundo a nota, o grupo de senadores que visitou as instalações da Pagrisa estaria “alinhado aos interesses da empresa” e teria viajado com um prejulgamento favorável à empresa. Flexa Ribeiro assinalou que, mesmo convidado várias vezes, Nery se recusou a acompanhar o grupo.

– Não posso aceitar. Vossa excelência foi leviano, foi indeciso – afirmou.

Flexa Ribeiro ressaltou que a comissão externa é suprapartidária e seus integrantes não estão alinhados com nenhum interesse que não seja a apuração

da verdade. Ele assinalou que a apuração feita pela comissão é legítima e vai garantir o direito do contratatório, ouvindo todas as partes envolvidas na denúncia.

José Nery disse que a verdade perseguida por Flexa Ribeiro seria baseada somente no que diz a empresa Pagrisa e no que foi apurado pela comissão externa. Ele afirmou que o grupo de senadores não avaliou o resultado da fiscalização feita pelo Ministério do Trabalho e se esforçou para desqualificar o trabalho ao tornar público o juízo de valor que fazem sobre a denúncia.

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) fez parte do grupo que visitou a empresa e disse que voltou com o sentimento de que é preciso investigar profundamente o assunto para que nenhuma injustiça seja cometida.

Desertificação terá política nacional

O projeto do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) que define diretrizes para a Política de Combate e Prevenção à Desertificação foi aprovado na semana passada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Como foi acolhido um texto substitutivo, nova votação, em turno suplementar, deve ocorrer na reunião desta terça-feira.

Pelo projeto (PLS 70/07), cabe ao Estado combater os fatores que contribuem para o fenômeno, bem como promover medidas de apoio ao desenvolvimento sustentável nas áreas ameaçadas.

A proposta prevê que, depois de diagnosticar o avanço do processo de desertificação, a política de combate deverá criar mecanismos de proteção e recuperação dos solos degradados e da vegetação em áreas de risco

ou já afetadas. O relator *ad hoc*, senador Renato Casagrande (PSB-ES), afirmou que os estados que terão mais ações de combate à degradação do solo serão Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Paraíba.

Para o senador Marconi Perillo (PSDB-GO), autor do texto aprovado, as ações contra a desertificação não terão resultado se o problema da pobreza não for tocado. Segundo ele, é por falta de alternativa que o pequeno produtor exaure os recursos naturais de sua propriedade. Seu texto obriga o poder público a promover a agricultura familiar, adotando medidas para melhorar as condições socioeconômicas das populações de áreas em risco de desertificação.

– O combate à desertificação deve ter a participação das comunidades afetadas, promovendo o uso sustentável dos

recursos locais, por meio de uma abordagem integrada de fatores climáticos, biológicos e socioeconômicos com estratégias de erradicação da pobreza.

Comissão aprova auditoria no Ibama

A CMA acatou também projeto de lei do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) que obriga o Fundo Nacional do Meio Ambiente a financiar, prioritariamente, projetos com ações em municípios com parte de suas áreas dentro de parques nacionais. O PLS 320/05 segue para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Foi aprovado ainda requerimento do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) para que o Tribunal de Contas da União faça auditoria na diretoria de proteção ambiental do Ibama para apurar várias denúncias de irregularidades.

Brasil pode triplicar produção, preservando o meio ambiente

O Brasil pode triplicar a produção de alimentos, fibras e energia e também aumentar a produção de carne e leite sem precisar derrubar uma árvore sequer e ainda preservando os recursos naturais. A opinião é do gerente-geral da Embrapa Transferência de Tecnologia, José Roberto Rodrigues Peres, que participou na semana passada, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de debate sobre o projeto que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária, do senador Expedito Júnior (PR-RO).

Nos últimos dois anos, cerca de 20 mil produtores de todas as regiões do país, especialmente do cerrado, têm obtido a sustentabilidade da atividade agropecuária, acrescentou o gerente-geral da empresa. Ele

elogiou o projeto de Expedito, que tem como relator o senador João Ribeiro (PR-TO).

Com a adoção do sistema Integração Lavoura-Pecuária, desenvolvido pela Embrapa, será possível recuperar cerca de 50 milhões de hectares de solo em degradação no Brasil, previu Rodrigues Peres.

A implementação desse sistema também já significou a recuperação de aproximadamente 3 milhões de hectares de áreas de solo em degradação.

A tecnologia é transferida aos agricultores por 1.300 técnicos treinados pela Embrapa, informou o especialista. Nos próximos três anos, a empresa pretende treinar cerca de 50 mil pessoas capazes de levar os conhecimentos aos produtores rurais.

COMISSÕES



Lúcia Vânia (D) homenageia as trabalhadoras do turismo e pede menos desigualdade para elas

Senado comemora Dia do Turismo

O Senado realizou na quinta-feira passada homenagem ao Dia Mundial do Turismo. A sessão especial foi aberta pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, que destacou em discurso sempre ter tido consciência da importância do setor para o crescimento econômico e para o desenvolvimento sustentável do país. Ele atribuiu essa consciência ao fato de ser originário de Alagoas, um estado com “inegável vocação turística”.

Presente ao evento, a ministra do Turismo, Marta Suplicy, anunciou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhará nesta semana ao Congresso Nacional o projeto da Lei Geral do Turismo, que estabelecerá os marcos legais para a atuação do governo federal no planejamento, no desenvolvimento e no estímulo ao setor.

Também participaram as presidentes da Embratur, Jeanine Pires, da Comissão de Desen-

volvimento Regional e Turismo (CDR), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), e da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara, Lídice da Mata (PSB-BA); pelo presidente da Câmara Empresarial de Turismo, Norton Lenhart; e pelos vice-presidentes da Caixa Econômica Federal, Fábio Lenza, e do Banco do Brasil, Maguito Vilela.

Lúcia Vânia, que propôs a sessão, homenageou as mulheres que trabalham no setor e destacou a importância da luta por mais igualdade e justiça social para as trabalhadoras. Ela comentou que o Poder Legislativo hoje se ocupa dos temas relativos ao setor como nunca o fez.

– O Congresso Nacional tem o compromisso de propor, apreciar e votar medidas que estimulem efetivamente o turismo interno e externo. Tanto a Câmara quanto o Senado têm procurado empenhar-se nesse sentido com muita vontade e determinação. Mas sabemos que podemos fazer ainda

mais em sintonia permanente com a sociedade, fonte e destino de nossa ação política – afirmou a parlamentar.

Já a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) destacou que 1,3 bilhão de pessoas vivem em situação de pobreza no mundo, das quais 70% são mulheres. Ao citar estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU), Serys informou que as mulheres representam 66% da força de trabalho no mundo, mas movimentam somente 10% da renda mundial e detêm menos de 1% das propriedades.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) declarou ser este um momento propício para reafirmação do turismo como atividade sociocultural capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico da nação.

– Não podemos esquecer que temos no país, em cada região, em cada estado, algo de nossa história, de nossos valores, e isso precisa estar no calendário permanente para ser divulgado no Brasil – assinalou a parlamentar do Rio Grande do Norte.

Marta Suplicy anuncia 1,7 milhão de empregos

Senadoras e deputadas reuniram-se na manhã de quarta-feira com a ministra do Turismo, Marta Suplicy, e outros representantes do setor para um café-da-manhã em que se discutiu o turismo como instrumento de inclusão da mulher no mercado de trabalho. Na ocasião, Marta anunciou à bancada feminina no Congresso Nacional a criação de 1,7 milhão de empregos nesse setor até 2010. Mas ela ponderou que, para haver investimento na área social, é preciso que o Congresso aprove a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Embora representem 51% da população, 56% das brasileiras estão desempregadas e, das que trabalham, 35% têm remuneração inferior à dos homens. A idéia dos que se reuniram nesse café-da-manhã é mudar tais percentuais e alterar situações como a da rede hoteleira, em que a mulher, embora com reconhecida capacidade de gestão, continua a atuar prioritariamente em postos como os de camareira, faxineira e garçoneiro. Outro foco é mudar o quadro segundo o qual 40% das brasileiras empregadas no turismo ainda não têm carteira assinada.

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a senadora Lúcia Vânia considerou uma feliz coincidência que, no ano em que o Dia Mundial do Turismo tem como tema “O turismo abre portas para as mulheres”, importantes organismos estejam exatamente nas mãos de mulheres. Referia-se a Marta Suplicy, que comanda o Ministério do Turismo, à deputada Lídice da Mata, que preside a Comissão de Turismo da Câmara, a Jeanine Pires, presidente da Embratur, e a ela própria, à frente da comissão que trata do tema no Senado.

Brasil no topo em segurança de vôo

Durante audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) na quarta-feira, o superintendente de Infra-Estrutura da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Luiz Kazumi Miyada, informou que a Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci) manteve o Brasil no Grupo 1, que integra os países com melhor nível de segurança de vôo. Havia grande especulação de que, após os acidentes com os aviões da Gol e da TAM ocorridos em 2006 e 2007, o Brasil seria rebaixado.

A 36ª Assembléia da Oaci, em Montreal (Canadá), começou no dia 18 de setembro e terminou na sexta-feira passada. De acordo com Miyada, a decisão de manter o Brasil no grupo dos países mais seguros teve o apoio da maioria dos 190 membros votantes da organização.

A Oaci foi criada pela convenção de Chicago em 1944. As assembleias contam com representantes de todos os países que fazem parte da organização. A entidade é gerida por um conselho, eleito pela assembleia para mandato de três anos.

Preço alto de filme incentiva a pirataria

O alto preço dos filmes em DVD no mercado brasileiro foi apontado pelo presidente da Associação Brasileira de Videolocadoras (ABV), Ricardo Pimenta, como um dos estímulos à pirataria. Ele disse que as locadoras brasileiras pagam mais que o dobro do preço médio mundial de filmes em DVD – no Brasil, o preço médio é de R\$ 100 por filme e, no resto do mundo, US\$ 25.

A pirataria foi debatida na terça-feira em audiência conjunta da Comissão de Educação (CE) e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. O objetivo é discutir anteprojeto da CE. A iniciativa foi dos senadores Flávio Arns (PT-PR) e Marisa Serrano (PSDB-MS), que defenderam a necessidade de reprimir e combater o crime organizado que se dedica à violação da propriedade intelectual.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) também condenou os preços praticados.

– É a gulodice que é demais: os produtos são caros, e ainda somos vistos como colônia para as indústrias externas; devemos respeitar o direito à patente, mas a grande indústria explora o con-

sumidor brasileiro – afirmou.

O presidente da ABV citou o caso da Argentina, onde os filmes são vendidos pelos distribuidores aos locadores pela metade dos preços cobrados no Brasil.

– Os filmes da Sony e da Fox são autênticos produtos brasileiros, fabricados no Brasil pela Videolar, com incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e exportados para a Argentina, onde são vendidos pela metade dos preços do Brasil em dólar – apontou ele.



Ambulante vende DVDs: pirataria foi tema de audiência na Comissão de Educação



Pimenta (E), da ABV, ao lado de Cristovam, diz que locadoras pagam por filme mais que o dobro do mercado internacional

Setores afetados apontam deficiências na legislação

O anteprojeto de lei de combate à pirataria, do senador Geraldo Mesquita Júnior, em debate na Comissão de Educação, determina que quem divulga ou colabora para que seja divulgado o meio ou a forma de fabricação ou aquisição de matéria-prima destinada à contrafação das obras intelectuais sem autorização dos seus autores ou de quem os represente poderá

ser punido criminalmente. Para esses casos, a proposta prevê pena de reclusão de dois a quatro anos, bem como perda da mercadoria.

A proposta altera o Código Penal, o Código de Processo Penal e outras leis que tratam de propriedade intelectual de *software*, direitos autorais e propriedade industrial.

Servidores anistiados exigem reintegração

Participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) denunciaram que órgãos da administração pública recusam-se a cumprir a determinação do presidente Lula de reintegrar ao serviço público os funcionários demitidos durante

o governo Collor e posteriormente anistiados.

Eles informaram que a Comissão Especial Interministerial, instituída para analisar os pedidos de anistia, cria impedimentos que dificultam a reintegração.

MEIA-ENTRADA - A polêmica sobre quem deve arcar com os custos do benefício da meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, teatros e cinemas deu o tom de audiência pública realizada na quinta-feira passada pela Comissão de Educação (CE) para discutir o projeto de lei (PLS 188/07) que dispõe sobre esse benefício.

COMUNICAÇÃO - Participantes de audiência na Subcomissão dos Marcos Regulatórios, que discutiu a área de comunicação, solicitaram uma revisão da legislação sobre o tema. O presidente do colegiado, Delcídio Amaral (PT-MS), disse que seu relatório deve ter “uma avaliação clara do redesenho que se anuncia”, devido a fusões de empresas do ramo ocorridas em outros países.

JUSTIÇA Em discussão na CCJ, proposta obriga STF e STJ a julgarem ações penais em no máximo 180 dias

Suplicy quer prazo para julgar autoridade



Em primeiro plano, os autos do processo do mensalão, enquanto o ministro do STF Joaquim Barbosa apresenta seu parecer



Suplicy, autor, e Jefferson (D), relator: foro privilegiado, adotado em vários países, tem sido desvirtuado no Brasil



Assim como as Casas do Congresso têm suas deliberações bloqueadas na hipótese de não apreciação de medidas provisórias em até 45 dias, contados de sua publicação, o processamento de todas as ações no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF) poderá ficar paralisado caso essas cortes não consigam julgar, em 180 dias, as ações penais contra agentes públicos de elevada graduação que gozam de foro privilegiado, como o presidente da República, ministros e parlamentares.

Esse é o teor do projeto de lei (PLS 281/07) do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que altera a Lei 5.869/73 - Código de Processo Civil - para fixar prazo para o julgamento das ações penais de competência originária do STF e do STJ, nos casos de réu com foro especial. Entre os beneficiados por esse foro, estão o presidente e o vice, senadores e deputados federais, ministros de Estado, governadores e determinados magistrados, os quais, nos casos de crimes comuns e de responsabilidade, só podem ser julgados

pelos dois tribunais superiores.

O projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde já recebeu parecer favorável do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), que apresentou um substitutivo corrigindo problemas de constitucionalidade. Esse substitutivo - apoiado por Suplicy - deveria ter sido votado na quarta-feira passada pela CCJ, o que não ocorreu porque os senadores Edison Lobão (DEM-MA) e Sibá Machado (PT-AC) pediram vista do texto.

Suplicy se diz contrário à existência de foro privilegiado para o julgamento de altas autoridades. Ele observa, contudo, que o expediente é adotado em vários países com a finalidade de preservar as autoridades públicas mais eminentes, impedindo, por exemplo, que um presidente seja afastado do cargo por qualquer juiz de primeira instância ou que um ministro seja processado em um sem-número de varas, tendo que responder em cada

uma delas pelo crime que lhe for imputado.

- Se o instituto da prerrogativa de função afigura-se, de fato, justificável, não admira que enfrente resistências perante a opinião pública, em razão da demora no julgamento das ações que lhe são relacionadas - argumenta o senador.

O projeto de Suplicy é um dos que estão em regime de tramitação acelerada na CCJ, que criou grupo de trabalho para consolidar

todos os projetos com alterações no Código de Processo Penal.

O vice-presidente da comissão, Valter Pereira (PMDB-MS), designou para

compor o grupo os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Ideli Salvatti (PT-SC), Pedro Simon (PMDB-RS), Jefferson Péres (PDT-AM) e Romeu Tuma (DEM-SP). Criado a partir de requerimento proposto por Ideli, o grupo tem por objetivo, com a reforma da legislação penal, tornar mais eficazes as ações contra a impunidade no país.

Para o senador paulista, foro privilegiado não pode impedir os julgamentos

No STF, nenhuma condenação em 40 anos

Dois levantamentos feitos este ano sobre os trabalhos do Supremo Tribunal Federal (STF), por exemplo, demonstraram uma situação nada positiva do órgão. Segundo o jornal *O Globo*, nos últimos 40 anos foram iniciados pelo menos 137 processos criminais contra deputados, senadores, ministros de Estado e presidente da República. E não houve uma só condenação.

Já uma pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), de 1988 a 2007, o STF recebeu 130 processos contra autoridades com foro privilegiado e julgou apenas seis, todas sem condenação.

A pesquisa realizada por *O Globo* mostra que existem processos que ficaram parados ou pouco se movimentaram por décadas e não chegaram ao fim. A razão é, principalmente, a enorme quantidade de processos que o Supremo precisa julgar.

Os 137 processos criminais que até hoje não tiveram desfecho são oriundos de ações movidas pelo Ministério Público Federal e envolvem acusações de desvio de verbas, evasão de divisas, corrupção e até homicídios e um caso de seqüestro.

Já o levantamento feito pela AMB demonstrou ainda que, além do STF, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, desde 1989, apenas 16 dos 483 processos envolvendo autoridades - com 11 absolvições e cinco condenações.

A pesquisa foi duramente criticada pela presidente do STF, ministra Ellen Gracie. Segundo ela, a dificuldade do STF em julgar autoridades residuiu, em grande parte, à necessidade, que vigorou entre 1988 e 2002, de autorização do Congresso para abrir processo contra parlamentares. "E esta autorização não era deferida", afirmou.

A ministra disse que, atualmente, tramitam 50 ações penais no Supremo (agora 51, com a do mensalão) e, dessas, apenas duas têm mais de quatro anos de tramitação.

Segundo o STF, só duas ações penais tramitam há mais de quatro anos

Desde 1988, o Supremo recebeu mais de 2 milhões de processos para serem julgados e, de acordo com a ministra, cerca de 50% das ações têm menos de seis meses de tramitação. Mais do que isso, ela informou que 67% das petições criminais que ainda não se transformaram em inquérito têm menos de seis meses de tramitação.

Simon critica a impunidade

"O Brasil é o país da impunidade", afirmou na quarta-feira passada o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao defender o fim do foro privilegiado para processos contra autoridades,

durante palestra no 8º Encontro de Representantes Setoriais da Comissão de Ética Pública, em Brasília. Simon lembrou, que em 40 anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) "nunca condenou nenhum político".

Ao comentar que o Brasil é, talvez, o país onde mais o Congresso discute e aprova leis de combate à corrupção e à impunidade, "ninguém vai para a cadeia, a não ser ladrão de galinha, pois se o cidadão tiver um bom advogado consegue prolongar o processo até o arquivamento".

Na opinião do senador, o presidente Lula deveria ter afastado imediatamente seu subchefe da Casa Civil Waldomiro Diniz, logo após denúncia veiculada nas televisões, em que um funcionário dos Correios aparece extorquindo um "bicheiro". Para Simon, "se o presidente agisse com firmeza, não existiriam outros casos de corrupção".



Pedro Simon defendeu, em encontro sobre ética pública, o fim do foro privilegiado

Nos estados, privilégio tem sido ampliado

O Ministério Público Estadual (MPE) e o Poder Legislativo em Minas se digladiaram recentemente em torno do projeto aprovado pela Assembleia Legislativa que amplia de três para 1.981 o número de autoridades que só podem ser investigadas em ações cíveis pelo procurador-geral de Justiça.

O governador Aécio Neves (PSDB) havia vetado a proposta, mas o Legislativo mineiro derrubou os vetos do tucano no começo de agosto e validou o projeto. A proposta também impõe alterações ao funcionamento do MPE, como a proibição aos promotores de investigar empresas que não recebem recursos públicos.

A ampliação do foro privilegiado para autoridades em ações cíveis já existe em outros seis estados (Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Tocantins), mas vigora de fato no Maranhão e no Tocantins, segundo levantamento da Agência Folha.

As leis orgânicas dos ministérios públicos desses seis estados ampliam o número de autoridades que só podem ser investigadas e acionadas na área cível pelo procurador-geral de Justiça.

A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público fixa que isso deve ocorrer só no caso do governador, do presidente do Legislativo e de tribunais. Em

São Paulo, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Bahia, por exemplo, há extensão do privilégio a até seis grupos de autoridades - como secretários de estado e deputados estaduais. Em São Paulo, a soma dos beneficiados chega a pelo menos 4.200.

Isso não ocorre na prática, porque o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminares que deixam nas mãos dos procuradores-gerais apenas a investigação contra essas autoridades - os promotores podem continuar propondo ações. No entendimento dos MPEs de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, a legitimidade para propor ações também inclui a atribuição para apurar, por isso os promotores continuam investigando as autoridades privilegiadas. Na Bahia e no Amazonas, não há liminar do STF, mas o MPE segue a orientação de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

No Maranhão, o privilégio é estendido aos 32 secretários. No Tocantins, são ao menos 277 beneficiados, incluindo diretores da administração indireta.

Nas ações penais, a Constituição federal já determina foro privilegiado para várias autoridades, como prefeitos, juízes, promotores (só podem ser processados no Tribunal de Justiça), governadores, desembargadores e membros dos tribunais de contas (no STJ).

PLENÁRIO

Gilvam Borges critica protecionismo agrícola

Ao comentar o discurso do presidente Lula na 62ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) criticou o protecionismo dos Estados Unidos e da União Européia em relação a seus agricultores. Ele ressaltou também que o presidente Lula reiterou a posição do Brasil de reivindicar um lugar no Conselho de Segurança da ONU.

Um dos entraves ao avanço da Rodada de Doha, segundo Gilvam, é a redução dos subsídios agrícolas por parte dos Estados Unidos e a diminuição das tarifas de importação no setor industrial

patrocinada pelos países em desenvolvimento. Ele lembrou que o presidente brasileiro já disse que chegar a um acordo sobre a Rodada Doha seria uma forma de os países ricos ajudarem os mais pobres.

Gilvam avalia que o principal problema do comércio mundial é a preocupação de cada país com a sua própria economia, esquecendo-se de que os maiores propósitos das ações no âmbito internacional são o combate à fome e o desenvolvimento dos países pobres.



Países se esquecem que combate à fome é o mais importante, diz Gilvam

Violência no DF será tema de comissão

Deverá ser criada uma comissão para tratar da violência no Distrito Federal – mais especificamente, na região do Entorno de Brasília. O anúncio foi feito pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) na última sexta-feira, ao afirmar que o grupo será formado por senadores dos estados da região Centro-Oeste. O grupo, segundo Cristovam, “não vai se limitar à questão da violência como questão de polícia, embora também o seja”, apresentando também sugestões ao Executivo nas áreas de educação, emprego e saúde, entre outras.

– Enquanto houver crianças e jovens fora da escola, teremos

um risco maior de tê-los dentro do crime – disse o senador, acrescentando que serão apresentadas propostas de criação de escolas técnicas para beneficiar os jovens que estão saindo da puberdade e entrando na vida adulta.

Cristovam Buarque argumentou que são necessárias medidas na área de saúde, pois “há pessoas que roubam para comprar remédios”, e na de emprego, “pois a escassez deste é um grande incentivo à criminalidade”. Ressaltou ainda que as condições de vida dessas populações – no que se refere a itens como moradia, água, esgoto e coleta de lixo – também representam uma

questão de segurança.

O parlamentar abordou ainda as discussões sobre a importância da Casa, destacando que “há gente no Brasil dizendo que o Senado deveria acabar”.

– Esta é a Casa onde dialogam, ou deveriam dialogar, os 26 estados e o Distrito Federal – frisou, advertindo que, “sem o Senado, os estados menores ficarão abandonados, pois os grandes estados dominarão o país”.

Cristovam afirmou que, para fortalecer a Casa, “é preciso diálogo, reflexão e ação; é preciso olhar para o futuro”.

– Mas não estamos fazendo isso – observou.

COMISSÕES

Movimentos reivindicam Estatuto da Igualdade Racial

A aprovação do projeto de lei que institui o Estatuto da Igualdade Racial e da proposta que fixa cotas raciais em instituições federais de ensino superior foi cobrada por representantes de diversos movimentos que defendem a igualdade racial, durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado na quinta-feira passada. As duas matérias tramitam na Câmara dos Deputados.

– Não sei por que há resistência na Câmara para aprovar essas propostas – comentou o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS).

Vários participantes protestaram contra a forma como foram recebidos horas antes pelo presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia. Segundo eles, Chinaglia não lhes teria permitido se manifestar em sua presença. O senador, que acompanhava o grupo, considerou o incidente “lamentável”.

– Nunca vi, aqui no Congresso, alguém ser tratado da forma como eles foram tratados.

No Senado, os representantes se encontraram com o presidente da Casa, Renan Calheiros, a quem entregaram um abaixo-assinado com o apoio de 100 mil pessoas que solicita a aprovação daquelas

duas proposições.

O projeto que cria o Estatuto da Igualdade Racial (PL 6.264/05), de autoria de Paim, já foi aprovado no Senado e prevê a instituição de ouvidorias para receber denúncias de discriminação racial, a criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial e a garantia de que os descendentes de quilombolas tenham direito à propriedade definitiva das terras nas quais vivem.

Já o projeto de lei (PL 73/99) da deputada Nice Lobão (DEM-MA) obriga as instituições federais de ensino superior a reservar 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Novo encontro com entidades representativas

Na última sexta-feira, Paulo Paim anunciou, em Plenário, que Arlindo Chinaglia terá um encontro em São Paulo com representantes de entidades que combatem a discriminação.

– Espero que o incidente de quinta-feira esteja resolvido, até porque entendo que o presidente da Câmara tem compromisso com todas as políticas de combate à discriminação – afirmou.

Paim e ministra discutem orçamento da pasta

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, senador Paulo Paim, recebeu na sexta-feira passada a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – vinculada à Presidência da República – para discutir o orçamento do órgão. Durante o encontro, a ministra entregou ao senador o relatório de atividades da secretaria entre 2003 e 2006.

Matilde Ribeiro disse que, para avançar nas políticas implementadas, é preciso assegurar mais recursos orçamentários. Paim afirmou que espera aprovar na CDH algumas emendas ao Orçamento para atender às solicitações da ministra. Ele anunciou que a comissão poderá realizar uma audiência pública no próximo dia 25 para debater a discriminação racial e as verbas dessa secretaria.

Propostas estiveram na pauta da visita

A ministra também discutiu com o senador a tramitação de dois projetos de lei: o que institui o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do próprio Paim, e o que trata de cotas em instituições



Matilde Ribeiro entrega a Paim o relatório de atividades da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial entre 2003 e 2006

Paim propõe mudança na tramitação das MPs

Paulo Paim (PT-RS) anunciou que apresentará projeto de resolução estabelecendo que as medidas provisórias (MPs) serão examinadas diretamente no Plenário, onde serão indicados relatores para essas matérias. Os relatores, conforme a proposta de Paim, deverão apresentar parecer sobre as MPs no próprio Plenário.

O senador criticou a atual forma de tramitação das MPs, afirmando que a comissão mista designada para apreciar as questões de urgência e relevância dessas matérias, prevista pelas atuais regras, nunca se reúne.

Paim ainda chamou atenção para a PEC 35/04, que está pronta para entrar na pauta

da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta determina o apensamento de medida provisória e de projeto do Executivo a matérias que tramitem no Congresso para tratar do mesmo assunto. A PEC, de autoria do senador, estabelece que, ao serem anexadas as diferentes proposições, será considerada principal a que for mais antiga.

Paulo Paim registrou ainda reivindicação dos funcionários da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que pedem aumento de 45,39% em seus vencimentos. Conforme o parlamentar, eles recebem até 105% menos do que servidores de outras instituições públicas do governo federal.

Efraim reclama de vôos cancelados em João Pessoa

Efraim Morais (DEM-PB) protestou contra o cancelamento de quatro vôos diários da TAM e da Gol que partiam da capital da Paraíba, João Pessoa. Para ele, tal decisão irá prejudicar não apenas o cidadão, mas o turismo como um todo.

– Será que a decisão das duas companhias aéreas tem por meta aumentar o valor das passagens com destino a João Pessoa, que já são caras? – questionou Efraim, ao informar que nesta semana, juntamente com toda a bancada da Paraíba no Senado e

na Câmara, entrará em contato com dirigentes do Ministério do Turismo e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e com representantes da TAM e da Gol para saber os motivos que levaram ao cancelamento dos vôos.

Caso o diálogo não prospere e os vôos não sejam logo reestabelecidos, o senador, conforme adiantou, irá apresentar requerimento convocando diretores das duas empresas para que esclareçam os motivos da decisão perante uma das comissões permanentes do Senado.

públicas de ensino superior. Ambos defendem a aprovação dessas matérias, as quais se encontram em tramitação na Câmara dos Deputados.

– Temos um trabalho, de diálogo, a fazer com os parlamentares e as comissões que têm relação com esses temas, para que as propostas sejam votadas logo – ressaltou Matilde Ribeiro.

O projeto que cria o Estatuto da Igualdade Racial tramita na Câmara dos Deputados sob a forma do Projeto de Lei 6.264/05. A matéria, já acolhida pelos senadores, tramitou no Senado Federal com a denominação de

PLS 213/03.

– Acredito que o estatuto será aprovado até o fim do ano – frisou Paulo Paim.

A outra matéria em questão é o projeto de lei de autoria da deputada federal Nice Lobão que tramita na Câmara sob a forma do PL 73/99. Essa proposta obriga as instituições federais de ensino superior a reservar 50% das vagas, a cada vestibular, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dentro desse percentual, seria dada preferência a alunos que se declararem negros ou índios.

Voz do Leitor

CPMF E ARMAS

“Venho expressar a minha indignação com o ato do governo que transformou 14 milhões de cidadãos brasileiros honestos em criminosos da noite para o dia! A anulação/revogação da MP 379/70 – que alterava o Estatuto do Desarmamento e, entre outros assuntos, reduzia as exorbitantes taxas cobradas para o registro de armas e prorrogava até dezembro de 2007 o prazo para recadastramento – é uma falta de respeito com o cidadão, principalmente porque tal anulação se deu para que fosse aprovada a CPMF! O governo, assim, está taxando a dignidade e a honestidade de 14 milhões de cidadãos, e mostra que dá mais valor à arrecadação de impostos que ao seu povo!”

Mateus Queiroz Lenoir, de Montes Claros (MG)

HINOS

“Sugiro que os livros dos estudantes do ensino fundamental tenham em suas páginas o Hino Nacional e os principais hinos do país.”

Júlio Antônio Aninaj, de Praia Grande (SP)

FORO PRIVILEGIADO

“Sou contra o foro privilegiado, porque é inadmissível que um político, depois de cometer diversas irregularidades, fique sem a punição devida pelo ato que cometeu.”

Ângelo Ricardo Fabrício, de Foz do Iguaçu (PR)

RIO SÃO FRANCISCO

“O quadro de desertificação está cada vez maior na região Nordeste e o homem é quem mais contribui para isso, por meio de desmatamentos, carvoarias e olarias. Com a transposição do rio São Francisco haverá mais oportunidades, mais empregos e mais plantio

de árvores para benefício da vegetação da caatinga.”

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

PIS

“Levando-se em conta que a expectativa média de vida de um brasileiro subnutrido não corresponde à média da minoria (que, quando muito, chega a 71 anos), a idade razoável para se sacar o PIS-Pasep deveria cair para 55 anos, no máximo. Considerando que muitos desses brasileiros já com 60 anos enfrentam problemas de saúde, e que os planos de saúde têm custo elevado, sem falar nas dificuldades para obter redução dos custos de medicamentos para enfermidades crônicas contraídas ainda em fase jovem, terão eles que esperar até os 60 anos para receberem o PIS-Pasep?”

Agnes Altmann, de Brasília (DF)

PIAUI

“Quanto aos comentários de Paulo Zottolo, da Philips do Brasil, que em agosto disse que se o Piauí deixasse de existir ninguém ficaria chateado por isso, acho que o povo do Piauí deve dar a resposta boicotando os produtos da empresa que ele preside. Também acho que os senadores deveriam discursar mais sobre a saúde pública nos estados do Nordeste, que está um caos, com vítimas fatais.”

José Ribamar Araújo Carneiro, de Parnaíba (PI)

CORREIOS

“Desejo que os senhores senadores aprovelem uma lei que permita aumentos de preço de selos, sedex, encomendas, vales-postais, cartas internacionais e telegramas de cinco em cinco anos.”

Reginaldo Zucoloto, de Venda do Imigrante (ES)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Ambiente legal

Aquecimento condena país

Um minúsculo país no oceano Pacífico pode ser o primeiro a desaparecer nas próximas décadas em decorrência do aquecimento global. As consequências do desastre anunciado são inéditas: os 11 mil habitantes de Tuvalu ficarão sem Estado, tornando-se os primeiros refugiados do aquecimento global. Formado por nove ilhotas, entre o Havaí e a Austrália, o país fica apenas 10 centímetros acima do nível do mar. Antes mesmo de Tuvalu ser engolida, como teria ocorrido com a lendária Atlântida, estarão comprome-



FLICKR

tidas as condições de sobrevivência, pois a invasão da água salgada contamina o solo, provoca erosões e inviabiliza a produção de alimentos. Drama semelhante já está, segundo o ambientalista americano Lester Brown, sendo vivido pelas ilhas Maldivas, que têm 310 mil habitantes em 1.200 ilhotas.

O risco da gordura saturada

O fato de a indústria alimentícia haver retirado a gordura trans de alimentos como biscoitos recheados, bolos e sorvetes não significa que se pode comê-los sem limite. Esses alimentos continuam pouco saudáveis. Além de serem muito calóricos, passaram a apresentar uma concentração ainda mais elevada de gordura saturada, considerada um veneno para o organismo quando consumida em demasia. Uma

análise nutricional de cinco produtos, feita pela USP a pedido da revista *Veja*, revelou que o aumento na quantidade de gordura saturada se deve à substituição da trans pelo óleo de palma. Em alguns casos, a troca fez com que o teor de gordura saturada dobrasse. Segundo o cardiologista Raul Santos, “o ácido palmítico é melhor do que a trans, mas continua sendo muito ruim para a saúde cardiovascular”.

Observação de aves (*birdwatching*) mobiliza dezenas de milhões de pessoas no mundo. A capacidade de vôo, o colorido e o canto melodioso fazem das aves os animais silvestres que mais fascínio exercem sobre o ser humano. O ornitólogo brasileiro Johan Dalgas Frisch afirma, no livro *Aves brasileiras e plantas que as atraem*, que escutar o canto dos passarinhos torna as pessoas mais pacíficas.

VANTAGENS DA ECOEFICIÊNCIA - Cresce entre as empresas brasileiras, sobretudo as que têm presença no mercado internacional, a adesão ao conceito de ecoeficiência, modo de produzir bens e serviços utilizando menos recursos naturais e gerando menos resíduos. A estratégia permite ganhos em competitividade e melhora a imagem das empresas, além de reduzir custos, mostra reportagem de *O Estado de S. Paulo*.

PARA ALÉM DO PETRÓLEO - Sem dispor de petróleo, Israel investe em todas as formas de energia possíveis. Do xisto à energia solar, vale tudo para diminuir a dependência da importação de óleo. Na busca de novas alternativas energéticas, a empresa Ormat Industries inventou turbinas altamente eficientes para produzir eletricidade a partir de fontes de água termal e de água aquecida pelo sol.

Frases

“A forma exagerada como o governo cria órgãos públicos e cargos comissionados é responsável pelo baixo crescimento do país, em comparação com países como a Índia e a China”

Valter Pereira, ao dar parecer contrário à MP que criou a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo.

“O descontentamento poderia ser expresso de outra forma, já que fazemos parte de um governo de coalizão”

Romero Jucá, ao comentar a participação de senadores do PMDB na rejeição da MP que criava a nova secretaria.

“Estão desconstituindo um núcleo estratégico do país”

Aloizio Mercadante, sobre a rejeição da mesma MP.

“Não podemos abaixar a cabeça. Se nós não pudermos reagir, quem poderá?”

Marisa Serrano, ao pedir união dos senadores contra a idéia de se fechar a Casa.

“Trata-se de permitir que o processo se desenrole sem pressões ilegítimas e sem que o processado possa utilizar da sua influência”

Jarbas Vasconcelos, sobre a proposta de afastar do cargo o senador que for processado por quebra de decoro.

“Uma cultura medieval será alterada para que possamos nos igualar a outras instituições”

Renato Casagrande, sobre o fim da sessão secreta em votações de cassação de mandato.

“Nada melhor do que a população saber qual o nosso voto em cada uma das decisões”

Eduardo Suplicy, pedindo também o fim do voto secreto no Senado.

“O doutor **Ciro Gomes** não deveria querer ser o sub-Lula. Ele ataca os brancos num país onde todos são miscigenados”

Arthur Virgílio, criticando o deputado **Ciro Gomes**, segundo o qual “o branco não quer pagar imposto”.

Foto da Semana

Senadores da base governista e da oposição, reunidos na quarta-feira, tentam chegar a um acordo para desobstruir a pauta e votar matérias importantes. O acordo deu certo, mas a MP que criou a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo foi rejeitada. A maior prioridade do governo agora é aprovar a proposta de emenda constitucional que prorroga até 2011 a cobrança da CPMF



TV documenta sonhos do país

A TV Senado leva ao ar neste fim de semana o documentário *Cartas ao país dos sonhos*, uma viagem pela história do Brasil a partir de cartas enviadas pela população com sugestões aos parlamentares eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte, que redigiu a Constituição de 1988.

O ponto de partida para o programa, que tem roteiro e direção de Renata de Paula, foram os formulários disponibilizados pelo Senado em 1986 nas agências dos Correios de todo o país para que a sociedade enviasse suas sugestões. Vinte anos depois, a TV Senado conversou com alguns brasileiros que aceitaram o desafio de escrever o que desejavam ver na Constituição.

Ao verem cópias das próprias correspondências, alguns autores custaram a acreditar. "É letra minha mesmo", surpreende-se o pequeno agricultor Fabiano Luiz de Andrade, de São Pedro do Turvo (SP), um ex-bóia-fria que pediu



"É letra minha mesmo", diz Fabiano Andrade, que pedia reforma agrária

aos parlamentares a inclusão da reforma agrária. Outros lembram detalhes do preenchimento dos formulários. "Eu sei até a máquina com que eu escrevi", conta Erwin Krautler, que sugeriu que a Constituição garantisse aos índios o direito a terras e à preservação de sua cultura.

Com 70 minutos de duração, *Cartas ao país dos sonhos* mostra

a satisfação dos que aplaudiram os avanços sociais da nova Constituição e se sentiram em parte responsáveis por isso. "Tinha o artigo. Era um sonho que se transformou em realidade porque foi garantido por lei", recorda a enfermeira Selene de Oliveira Claros, de Manaus (AM), que sugeriu a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

"Foi um momento de sonho e eu embarquei", declara o advogado gaúcho Paulo Dutra dos Reis. Na época com 32 anos, ele sonhava com o acesso à universidade pública e gratuita.

O documentário é um mosaico revelador das duas últimas décadas, com histórias de um Brasil popular que permanece nas cartas. "Se houver uma nova Constituição federal, vou apresentar umas sugestões pra lá", avisa Luiz Carlos da Silva Gomes, bancário aposentado de Sousa (PB), que enviou quatro formulários aos constituintes em 1986.

Cartas será exibido sábado, às 16h30 com reprises às 21h30 e domingo às 22h. O documentário de Renata de Paula tem produção de Márcia Torres e Danielle Araújo, imagens de Carlos Moura e André Pacheco e finalização de Márcio Stuckert. O *hot site* sobre o programa pode ser conferido no endereço www.senado.gov.br/tv/cartas.

Dias de Picasso em reprise neste fim de semana

Atendendo a muitos pedidos de telespectadores, a TV Senado irá reprisar a partir do próximo fim de semana a série de três episódios do especial *Dias de Picasso* (no sábado, às 24h, e no domingo, às 14h30).

O programa mostra a vida e a obra do espanhol Pablo Picasso, um dos fundadores da Arte Moderna. Pintor, desenhista, gravador, litógrafo, ceramista e escultor, Picasso é um dos principais expoentes da arte do século 20.

Conexão Senado debate fim de sessões secretas

A partir de outubro, o programa *Conexão Senado* apresenta um tema especial abordado em mais de uma entrevista, sob a ótica de parlamentares e especialistas com diferentes opiniões.

Nesta segunda-feira, ao meio-dia, o tema é o fim da sessão secreta para votar perda de mandato, aprovado por unanimidade

pelo Plenário do Senado.

A decisão modifica o regimento e passa a valer assim que for promulgada pela Mesa do Senado. Além de aprovar o fim da sessão secreta, os senadores começaram a discutir três propostas de emenda à Constituição que determinam o fim do voto secreto em deliberações do Congresso.

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas) ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO - 6.10.2007

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras - Lúcia Bettencourt
2h30 - Inclusão
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Eco Senado
4h30 - De coração - Morte súbita cardíaca
5h - Conversa de Músico - Orquestra Opus
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado
7h15 - Eco Senado
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
9h30 - Leituras (reprise)
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - Ludwig van Beethoven
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Inclusão
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Eco Senado
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico - Orquestra Opus
15h30 - Mesa Brasileira - Mar de Açúcar
16h30 - Especial "Cartas ao País dos Sonhos"
18h Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h Leituras (reprise)
20h30 - Especial Sentinela
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial "Cartas ao País dos Sonhos"
23h - Especial
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural - Dias de Picasso - 1ª Parte

DOMINGO - 7.10.2007

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Eco Senado
2h30 - Inclusão
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Leituras - Lúcia Bettencourt
4h30 - De coração - Morte súbita cardíaca
5h - Conversa de Músico - Orquestra Opus
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional - América do Sul hoje
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras (reprise)
8h30 - De coração (reprise)
9h - Inclusão
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - Ludwig van Beethoven
11h - Alô Senado
11h15 - Eco Senado
11h30 - Especial
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural - Dias de Picasso - 1ª Parte
15h30 - Mesa Brasileira - Mar de Açúcar
16h30 - Inclusão
17h30 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico (reprise)
20h30 - Leituras (reprise)
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial - "Cartas ao País dos Sonhos"
23h20 - Parlamento Brasil
23h50 - De coração - Doença cardíaca na mulher
0h20 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

Como sintonizar

TV A CABO

NET, TVA e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky (canal 96), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - ¾

RESENHA

A história da reconquista do estado da Paraíba

ALEXANDRE GUIMARÃES

A tentativa inicial de povoação do recém-descoberto território brasileiro foi o quase totalmente malogrado sistema de capitanias hereditárias. Por que quase? Porque das 15 primeiras capitanias, a grande maioria foi esquecida por seus donatários. Muitas delas, no entanto, deram o traçado de vários dos atuais estados litorâneos. As fronteiras quase horizontais do estado da Paraíba marcam sua origem como capitania, mas não é uma das originais.

A Paraíba surge após a chamada Tragédia de Trucunhaém (1534), na qual índios potiguares, incentivados pelos seus aliados franceses, chacinaram todos os moradores do engenho de mesmo nome, localizado na capitania de Itamaracá. Ao rei de Portugal, dom João III, restou dividi-la, surgindo, ainda que somente no papel, a Capitania Real da Paraíba.

O pequeno e interessante livro *História da conquista da Paraíba*, republicado como volume 73 das Edições do Senado, trata

das tentativas realizadas para reconquistar este território, tirando-o do domínio franco-potiguar. Escrito ainda no final do século 16 por um jesuíta (Simão Travaços ou Jerônimo Machado, acreditam os historiadores), é fundamental na narração de um dos principais episódios na consolidação do território durante o primeiro século de nossa história.

A leitura nos conduz desde a primeira expedição (1574), comandada pelo ouvidor-geral dom Fernão da Silva – que, de início, pareceu fácil empreitada, mas foi rechaçada por um ataque surpresa dos índios potiguares –, até a sexta expedição (1584), em que tropas portuguesas, comandadas por dom Frutuoso Barbosa, e espanholas, por Diogo Flores Valdez, destroem navios franceses e debelam as forças potiguares. Nasce da conquista a terceira cidade brasileira (observe-se que havia apenas algumas vilas): Filipéia de Nossa Senhora das Neves, nomeada em homenagem ao rei espanhol Filipe II, hoje a bela João Pessoa.



REPRODUÇÃO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *História da conquista da Paraíba*, de autor desconhecido, volume 73 das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 10. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Exposição lembra os 75 anos do Holodomor

Exposição em memória dos 75 anos do Holodomor (que significa “morte pela fome artificial”), na Ucrânia – promovido, entre os anos 1932 e 1933, pelo governo totalitário stalinista naquele país –, foi aberta na semana passada pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), na Biblioteca do Senado.

O genocídio de 10 milhões de ucranianos, entre os quais muitas crianças, foi negado pela antiga URSS durante longos anos e só foi oficialmente reconhecido na Ucrânia por ocasião do 15º aniversário de sua independência, em 24 de agosto de 2006.

Atualmente 14 países já reconheceram oficialmente o Holodomor, entre os quais Canadá, Estados Unidos, Polônia, Hungria e Estônia, e mais recentemente, Peru e Espanha, conforme informou o embaixador da Ucrânia no Brasil, Volodémer Lákómov. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados aprovou moção de reconhecimento do genocídio. Em breve, o Senado Federal deverá fazer o mesmo.

Heráclito disse que o episódio marcou toda uma geração pelo mundo afora, ressaltando que,



Deputado Eduardo Sciarra, Heráclito e o embaixador da Ucrânia, Volodémer Lákómov, na abertura da mostra sobre o genocídio

ao reverenciar a memória das vítimas, a exposição de gravuras cumpre o papel de alertar o mundo para que não se repitam fatos dessa natureza. Ele acrescentou que fatos “demasiadamente chocantes” como esses são trazidos à memória para que se estimule a fraternidade nas relações. Recordou que o Holodomor foi responsável pela morte de milhares de pequenos lavradores, com “reflexos inquestionáveis sobre a nação ucraniana”.

O senador citou as palavras do presidente da Ucrânia, Viktor Iuchchenko, na Organização das Nações Unidas (ONU) em 2005, que dão, segundo ele, uma de-

monstração da preocupação do povo ucraniano em evitar a perda da memória histórica, pois grande parte das testemunhas da grande fome já morreram: “O mundo deve saber a verdade sobre todos os crimes contra a Humanidade. Somente dessa forma teremos a certeza que a indiferença nunca mais irá atrair os criminosos”.

O embaixador da Ucrânia, Volodémer Lákómov, afirmou que espera que a exposição – composta de gravuras de artistas ucranianos e norte-americanos sobre o tema – “abra os caminhos dos corações para que conheçam esta parte triste da história da Ucrânia”.

Arquivo aberto

Em 1º de outubro de 1957, há 50 anos, foi sancionada a Lei 3.273, estabelecendo que a mudança para a nova capital ocorreria em 21 de abril de 1960. Em 14 de abril de 1960, o Senado realizou a última sessão na cidade do Rio de Janeiro e, em 21 de abril do mesmo ano,

o ato de inauguração do Congresso foi presidido pelo vice-presidente da República, João Goulart. Diversos senadores e deputados criticavam as condições de habitabilidade e a conveniência de transferir o funcionamento dos Poderes da República em Brasília. Aqueles



ARQUIVO PÚBLICO DF

a favor da transferência formaram um “bloco mudancista”. No **Jornal do Senado** de 23 de abril de 2003, o então senador Paulo Octávio “classificou a iniciativa do presidente Juscelino Kubitschek de construir a nova capital como marco de mudança dos rumos do país”.

Há 15 anos –

Em 2 de outubro de 1992, 111 pessoas morreram no Massacre do Carandiru, quando a tropa de choque da Polícia Militar invadiu o Pavilhão 9 da Casa de Detenção, no complexo do Carandiru, em São Paulo, para pôr fim a uma rebelião. Em 21 de fevereiro de 2001, o senador Alberto Silva propôs em Plenário a substituição do Carandiru por penitenciárias independentes. Já o senador Eduardo Suplicy fez considerações sobre o livro *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella, em discurso realizado no dia 13 de agosto de 1999. O massacre foi citado em reportagem do **Jornal do Senado** sobre os episódios mais violentos das últimas décadas no Brasil, publicada em 22 de maio de 2006.

Há 30 anos –

Em 1º de outubro de 1977, Edson Arantes do Nascimento encerrou a carreira de jogador de futebol no Cosmos, de Nova York. Pelé ou “O Rei”, como a imprensa o apelidou, começou no Santos Futebol Clube. Jogou pela Seleção Brasileira com 16 anos, em 1957, estreando num jogo contra a Argentina. A consagração veio na Copa do Mundo da Suécia em 1958, de onde saiu como a maior revelação de todos os tempos do futebol. Em 4 de outubro de 1974, o senador Itálvio Coelho discursou enaltecendo as qualidades do jogador: “Grande líder cuja fibra foi demonstrada constantemente no decorrer de 18 anos de pugnas”. O senador Maguito Vilela, em 14 de dezembro de 2000, homenageou Pelé pelo título de Atleta do Século. “Ninguém, em toda a história do futebol, conseguiu armazenar tantos feitos, marcas e glórias quanto o nosso querido Rei Pelé”.

Coluna produzida pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Acesso facilitado ao ensino superior

Quais são e como funcionam os programas criados para facilitar o ingresso do jovem carente na universidade são o tema desta e da próxima edição do *Especial Cidadania*. A seguir, informações sobre o Programa Universidade para Todos (ProUni), um dos instrumentos criados pelo governo federal para atingir a meta do Plano Nacional de Educação de colocar no ensino superior, em 2010, pelo menos 30% dos jovens entre 18 e 24 anos. Em 2001, esse índice era de 12%, abaixo do Chile, Venezuela e Bolívia. No segundo semestre de 2007, o ProUni auxiliou 55 mil estudantes, dos 185 mil que se inscreveram.

Quem pode se candidatar a uma bolsa do ProUni

O ProUni foi criado em 2004 e concede bolsas de estudos em instituições de educação superior privadas, em cursos de graduação e em cursos sequenciais de formação específica (de menor duração), a estudantes de baixa renda sem diploma de nível superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos às escolas participantes.

Requisitos para se candidatar:

- ✓ Média mínima de 45 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do ano anterior: as bolsas são distribuídas conforme as notas obtidas no Enem (não são consideradas as notas alcançadas em Enems anteriores e não é preciso fazer vestibular)

- ✓ Renda familiar, por pessoa, de até três salários mínimos

- ✓ Atender a um dos requisitos:

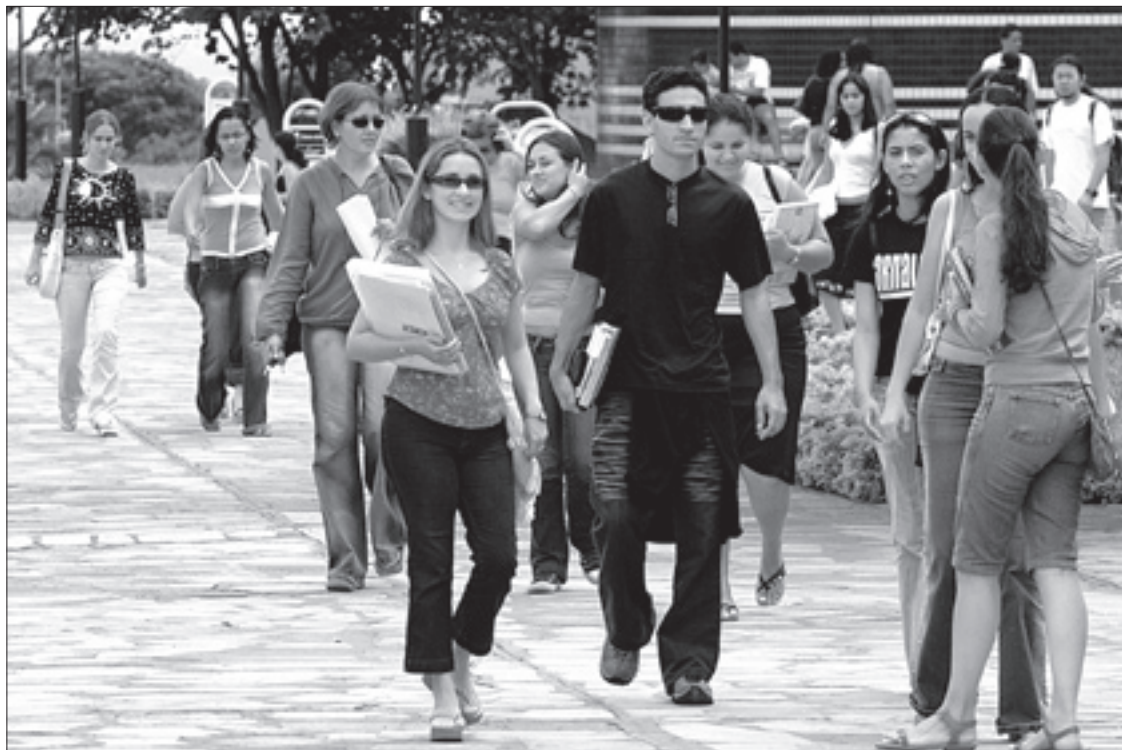
- a. ter cursado o ensino médio totalmente em escola pública

- ou em escola privada com bolsa integral; ou

- b. ter cursado o ensino médio parcialmente em escola pública e parcialmente em instituição privada, como bolsista integral; ou
- c. ser pessoa com deficiência; ou

- d. ser professor da rede pública de ensino básico, em efetivo exercício e integrando o quadro permanente, e estar concorrendo a vagas em cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia (o professor não precisa comprovar renda familiar).

O programa reserva cotas para pessoas com deficiência e para as que se declararem pretas, pardas ou índias, proporcionais ao número de pretos, pardos e índios em cada estado (segundo o último censo do IBGE), mas o cotista deve se enquadrar nos demais critérios de seleção do ProUni.



JULIO CESAR PAES/MEC

O percentual de jovens brasileiros que fazem faculdade está entre os menores da América Latina

Valor da ajuda depende da renda familiar

A renda familiar por pessoa é igual à soma da renda bruta de todas as pessoas da família dividida pelo número de pessoas. São considerados membros da família as pessoas que vivem sob o mesmo teto que o estudante, incluindo este, desde que sejam: cônjuge, companheiro (a), pais, padrasto ou madrasta,

filhos, enteados, irmãos e avós do candidato.

Caso o estudante contemplado com uma bolsa de 50% não possa pagar a outra metade da mensalidade, ele pode financiar metade do valor restante (25% do valor da mensalidade) por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

(Fies), desde que a faculdade tenha aderido ao Fies.

O bolsista do ProUni não pode fazer um curso diferente, ou o mesmo curso em outra instituição, financiado pelo Fies. O beneficiado pelo Fies contemplado com bolsa do ProUni em curso ou instituição de ensino diferente deve encerrar o Fies.

Inscrição para seleção do programa só pela internet

Ao fazer a inscrição, no endereço prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/default.shtm, o candidato tem sete opções de instituições ou cursos diferentes, entre aquelas disponíveis para seu perfil socioeconômico. A faculdade pode submeter os candidatos pré-selecionados no ProUni a um processo seletivo próprio, desde que não cobre taxa. Essa informação é divulgada no momento da inscrição.

A ficha de inscrição pode ser alterada a qualquer momento, dentro do período de inscrições. Atenção: o estudante tem de cumprir as exigências de conhecimento prévio para matrícula em cursos como Música ou Arquitetura, por exemplo, e comprovar todas as informações prestadas na ficha de inscrição. Se não cumprir essas regras, perde a bolsa.

As instituições participantes do ProUni são obrigadas a oferecer acesso gratuito à internet para inscrição. Parceiros do MEC, como o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e o Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), também oferecem acesso (informações sobre quando, como e onde se inscrever

podem ser obtidas ainda no telefone 0800 616161 e nas instituições participantes). A lista completa das instituições participantes do ProUni e o período para inscrição são divulgados no *site* do programa.

O estudante que tiver obtido o melhor resultado no Enem será o primeiro a ser pré-selecionado em sua primeira opção, e assim por diante. Aprovado, o candidato deve procurar a faculdade para a qual foi pré-selecionado com os documentos que comprovem as informações da ficha de inscrição no prazo estabelecido pelo MEC. Se perder o prazo ou não comprovar as informações, o candidato será reprovado automaticamente. O programa então reclassifica os candidatos e divulga nova lista de aprovados – segunda chamada. Os resultados são divulgados pelos mesmos canais da inscrição – internet, 0800 616161 e instituições participantes.

A faculdade com seleção própria deve informar o candidato sobre o processo e realizá-lo no mínimo 48 horas após o comparecimento do candidato à instituição. A bolsa do ProUni é renovada semestralmente.



Bolsa Permanência: para cursos mais longos

A Bolsa Permanência é uma ajuda de até R\$ 300 mensais, concedida a estudantes com bolsa integral do ProUni matriculados em cursos presenciais com no mínimo seis semestres de duração e com carga horária média superior ou igual a seis horas diárias, de acordo com os dados cadastrados pela escola no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira (Inep).

A seleção para recebimento da Bolsa Permanência é semestral (em janeiro e julho), assim como a renovação do benefício. O MEC não garante o pagamento, que está condicionado à existência de recursos.

Para o estudante saber se tem direito à bolsa, basta acessar o endereço prouni-inscricao.mec.gov.br/PROUNI_IALU_BOLSA_PERMANENCIA/resultado/default.asp. O segundo passo é abrir uma conta corrente individual no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal. Em seguida, é preciso procurar a coordenação do ProUni na instituição em que está matriculado, levando documento de identidade, CPF e comprovante bancário com os dados da conta corrente aberta.

Bolsas oferecidas	Renda familiar máxima, por pessoa
Integral	um salário mínimo e meio R\$ 570
Parcial 50%	três salários mínimos R\$ 1.140
Parcial 25%	três salários mínimos R\$ 1.140 (somente para cursos com mensalidade de até R\$ 200)

Saiba mais

Projetos de lei

PLS 85/07 - Permite a adesão ao ProUni de instituições estaduais e municipais não-gratuitas.
Autor: senador Marconi Perillo (PSDB-GO).

PLS 106/07 - Permite que as bolsas do ProUni que não tenham sido utilizadas sejam destinadas a estudantes que tenham cursado parte do ensino médio em escolas privadas.
Autor: senador Expedito Júnior (PR-RO).